

POLÍTICA

A GESTÃO DE CONFLITOS E A CONFLITUALIDADE EM ÁFRICA. UMA PROBLEMÁTICA ATEMPORAL

Luis Manuel Brás Bernardino⁶⁶

bernardino.lmb@hotmail.com

Resumo: A conflitualidade global é um dos problemas atuais que mais preocupa os Estados e as Organizações Internacionais, pois a prevalência e gravidade dos seus efeitos tornou as sociedades mais enfraquecidas e menos disponíveis para a paz e para alcançarem o desenvolvimento sustentado. Em África esta realidade conjuntural tem conduzido os Estados e as Organizações Regionais a desenvolverem mecanismos de alerta, de resposta e a criarem estruturas de apoio às estratégias pós-conflito para desenvolverem capacidades que possibilitem uma melhor gestão dos conflitos regionais.

Esta problemática obriga-nos a uma reflexão multidimensional e multidisciplinar pois a conflitualidade é atualmente em fenómeno sem fronteiras e atemporal, em que as fronteiras não limitam as causas nem as consequências dos conflitos. A gestão da conflitualidade em África, assume-se desta forma como um dos principais problemas para os Estados e Organizações Regionais, que cooperam estrategicamente no intuito de prevenir as ameaças que afetam os seus espaços soberanos. Neste contexto, a presente reflexão académica pretende trazer para a discussão a questão da gestão dos conflitos e da conflitualidade em África e apresentar possíveis soluções para esta problemática que se constitui num problema atemporal para os Estados e para as Organizações Africanas.

Palavras-chave: África, Conflitualidade, Organizações Regionais Africanas

Abstract: The global conflicts is one of the most significant problems for the States and the International Organizations, because the severity of the damages make's the society more weak and less available to assemble peace building solutions and to work for a

⁶⁶ O Professor Doutor Luís Manuel Brás Bernardino é Major de Infantaria do Exército Português, habilitado com o Curso de Estado-Maior Conjunto. Detém uma Pós Graduação em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa, é Mestre em Estratégia e Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Relações Internacionais pela Universidade Técnica de Lisboa. É investigador de Pós-Doutoramento no Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). É investigador doutorado do Observatório Político, membro da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Direção da Revista Militar, membro correspondente do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEAA) e membro da *International Political Science Association*. Participa regularmente em seminários nacionais e internacionais e publica regularmente artigos científicos em revistas da especialidade.

suitable development. In Africa that conjectural reality has lead the States and the Regional Organizations to create mechanism of alert, rapid response and develop multiple structures in order to be able to support pos-conflict strategies and recover the State and providing regionally new capacities for an appropriate regional management for the conflicts. For that reason this new situation must in order to solve the problems, let us to think in a multidimensional and multidisciplinary dimension because the conflicts are in our days a phenomenon without borders timeless. On that modern paradigm the African Regional Organizations are assuming a major compromise with the suitable development of the African Peace and Security Architecture.

Actually the African crises management is one of the major issues for States and Regional Organizations, and they have to cooperate strategically in order to prevent the principal threats and risks for the sovereignty of the countries on those regions. On that context, that academic reflection want to discuss the questions of the strategic management of the African regional conflict and introduces a new approaches for the problem which affects African States and African Organizations.

Keywords: Africa, Conflicts; African Regional Organizations; conflict management

A GESTÃO DE CONFLITOS E A CONFLITUALIDADE EM ÁFRICA. UMA PROBLEMÁTICA ATEMPORAL

“...L’analyse de l’évolution des conflits sur le continent africain laisse apparaître des configurations contrastées, car les sorties de crise coexistent avec les guerres oubliées qui perdurent depuis de longues années. De nombreux autres pays sont dans une situation transitoire, les initiatives de retour à la paix étant actuellement en cours de mise en œuvre sans que l’on puisse préjuger de leur issue...”

Mamoudou Gazibo, “Introduction à la Politique Africaine“, 2010, p. 153

Introdução

A interdependência entre “segurança” e “desenvolvimento” é atualmente uma das principais temáticas abordadas no contexto das Relações Internacionais, absorvendo os políticos do mundo, como se a chave para encontrar as soluções para os problemas mundiais, consisti-se na relação equidistante entre a ausência de conflitos e a aposta no desenvolvimento sustentado. Esta relação dicotômica e necessária aparece quase sempre

associada a fatores geoestratégicos e geopolíticos conjunturais específicos que são atualmente os principais responsáveis por se assistir a uma complexidade crescente nas relações entre os múltiplos atores no xadrez internacional.

Comitadamente, a problemática assume especial relevo nas zonas de conflitualidade regional latente, principalmente nas áreas conjunturais de valor geoestratégico acrescentado, onde se assiste a uma proliferação dos conflitos regionais e intraestatais, conduzindo a um subdesenvolvimento estrutural grave e, em certa medida, à falência dos Estados que as bordeiam. Estes fatores têm conduzido, a prazo, a um aumento da instabilidade regional, e por via da globalização, à instabilidade das economias mundiais e dos sistemas de segurança regionais, afetando os mercados globais, constituindo-se num fator de permanente preocupação para a sociedade internacional.

Para combater este problema assiste-se atualmente à adoção de políticas e estratégias de gestão de conflitos empreendidas pelas Organizações Internacionais, regionais e outros atores globais (Estados ou Organizações) interligadas com estratégias de apoio ao desenvolvimento. Neste âmbito parece-nos importante clarificar conceitos e alinhar uma terminologia própria, que pensamos poder constituir uma ferramenta para a compreensão da temática da gestão de conflitos, procurando-se fazer uma interligação e a complementaridade entre conceitos e normativos da ação estratégica dos Estados.

Procuramos nesta reflexão académica alinhar alguns conceitos estruturantes e dar a conhecer o “estado da arte” relativamente à prevenção e resolução de conflitos, na medida em que se trata de uma temática que envolve os Estados e as Organizações Regionais e que se constitui como elemento fundamental para a análise e compreensão das estratégias dos sistemas securitários regionais e da Política Externa dos Estados Africanos e da Comunidade Internacional.

A Gestão de Conflitos. Uma introdução à problemática

Se pretendermos caracterizar a situação internacional atual, podemos afirmar que esta permanece volátil, incerta e muito complexa, como resultado das características de um sistema global marcado pela heterogeneidade de modelos políticos, culturais e civilizacionais, conduzindo recorrentemente ao surgimento de conflitos regionais. Estes conflitos apresentam como novo paradigma de análise, uma maior regionalização, mas quase que por antítese, a uma também maior globalização dos seus efeitos e das suas consequências, pois a conflitualidade regional passou a ter um reflexo na segurança global.

Ao longo da História da Humanidade, podemos constatar que a existência de conflitos constitui uma constante no relacionamento entre os homens, sociedades e civilizações. Este aspeto, que se constituiu num fenómeno global e atemporal, tem uma expressão ímpar no continente Africano, como mais recentemente se assistiu no norte de África, onde se constata uma tendência para um aumento da conflitualidade regional, apresentando contudo algumas características inovadoras e até enigmáticas que preocupam a Comunidade Internacional. Nesse contexto, parece-nos possível falar atualmente numa “nova” conflitualidade, que transportou os conflitos para o interior dos

Estados (intraestatais) tendo-se como causas diretas para essa mutação, entre outras, motivações relacionadas com os recursos minerais estratégicos, o acesso ao poder, os dogmas religiosos extremistas e as características e insuficiências do próprio Estado, que em regra, se intensificam na razão inversa do desenvolvimento e da prosperidade económico-social vivida nessas regiões (Marshall e Gurr, 2005, pp. 3-10) (Dowden, 2009, pp. 51-59).

Com o final da guerra-fria, a perspetiva da resolução de conflitos tem vindo a mudar, principalmente porque a “...*relação entre as superpotências da guerra-fria fez desaparecer o mito dos conflitos regionais pela ideologia e pela simples competição militar...*”, tornando os conflitos mais político-ideológicos e menos estratégico-operacionais e de cariz militar (Miall et. al., 2004, p. 2).

Estes aspetos contribuem para relançar novos e complexos fatores na análise da multiplicidade de contendas de carácter regional que proliferam atualmente um pouco por todo o mundo e em particular na África Subsariana. Neste contexto geoestratégico em mudança, a sociedade internacional viu-se na contingência de estabelecer uma base terminológica e doutrinal entendível, que congrege o mundo em torno de objetivos lineares considerados vitais, tais como o desenvolvimento sustentado e a segurança (nas suas múltiplas dimensões), já que esta última vem assumindo um papel de maior destaque no nexu “Segurança-Diplomacia-Desenvolvimento”.

Assim, a necessidade de se estabelecer um diálogo comum na cena internacional, levou ao aparecimento recente de várias teorias especializadas na abordagem da conflitualidade e dos fenómenos da paz e da guerra. Da retórica académica, ao discurso político, constatamos contudo que os termos empregues nem sempre definem a mesma linearidade de pensamento, significam o mesmo propósito ou se enquadram num idêntico contexto estratégico-operacional. Por este motivo, tornou-se imperioso definir um quadro conceptual próprio no quadro das Relações Internacionais.

Na dinâmica dos conflitos regionalizados e em todos os fenómenos associados, as Organizações, os Estados e demais atores da cena internacional, procuram interagir, articular estratégias e comunicar entre si, com vista a gerir o conflito de uma forma mais proficiente e com um nível de sucesso crescentemente maior. Este desiderato, requer consistência na ação estratégica, uniformidade nas políticas, mas principalmente envolve o emprego de uma terminologia adequada e de uma doutrina comum, pois sem se conhecer, identificar e estudar o problema, não se conseguem encontrar as soluções e desenhar uma estratégia de ação adequada à sua resolução.

O termo “conflito” e a sua evolução aparecem normalmente associados a uma variação de fatores, a uma progressão graduada, não linear e inconstante, independentemente das diferentes formas de conflito, podendo ir desde a paz consentida ou estável, à paz instável, passando pela crise e na fase mais aguda do seu desenvolvimento, à guerra. As dinâmicas próprias de um conflito implicam, tendo em vista uma melhor compreensão, efetuar uma análise sistémica e conjuntural, com vista a podermos determinar cabalmente as principais causas, os processos e alvitrar as possíveis consequências da sua gestão, transformação ou resolução. Estas abordagens conceptuais abrangentes, segundo alguns autores (Swanström e Wiessmann, Janete Cravino, Katerina Nicolaidis,

Hugh Miall e William Zartman) assentam numa linearidade de aspetos que caracterizam as dinâmicas dos conflitos, permitindo uma conceptualização de uma “teoria” e de uma “doutrina” enquadrada à luz da Polemologia⁶⁷, de Gaston Bouthoul e necessária para o cabal entendimento das relações de conflito no nosso mundo globalizado.

Ernest-Otto Czempiel associa o termo “conflito” a uma “...*incompatibilidade ou diferendo de posições entre determinados atores, num dado contexto...*”, essencialmente para lhe conferir uma abrangência de carácter mais social (humano) e integrando nas dinâmicas sociais. Importa ainda assim reter que as raízes dos conflitos assentam a sua génese numa complexidade crescente de múltiplos fatores intimamente interligados, que em conjuntura e associados a questões de ordem social e económica, relacionados com a preservação de valores, (quer seja no âmbito das ideologias ou das religiões), são fatores que se condicionam recíproca e mutuamente. Neste quadro concetual, pensamos que o estudo dos conflitos e da conflitualidade pressupõe, entre outros aspetos, uma abordagem obrigatória às suas raízes mais profundas, que passa não só pela identificação das causas e das consequências, mas também pela análise da sua evolução, bem como ainda aferir as possibilidades da sua gestão, prevenção, transformação ou resolução (Swanström e Wiessmann, 2005, p.7) (Cravino, 2010, p. 22-23).

Por outro lado, para Reychler, citado por Vicenz Fisas, um diagnóstico mais completo implica que se analise e estude o conflito em relação a cinco aspetos considerados fundamentais: os atores envolvidos, os litígios em causa, a estrutura de oportunidade, a interação estratégica e a dinâmica do conflito, conferindo uma maior abrangência e multidisciplinaridade na sua análise (2004, p.31).

Noutra perspetiva, numa conceção mais clássica, realista e abrangente, o termo “conflito” é definido como “...*um intrínseco e inevitável aspeto da mudança das sociedades, como uma expressão da heterogeneidade de interesses, valores e crenças que reside nos constrangimentos gerados pelas revoluções sociais...*” vista numa perspetiva positivista como elemento da sociedade (Miall, 2004, p.5).

Esta concepção tendencialmente positivista associa a conflitualidade a uma dinâmica própria, natural e até considerada evolutiva das sociedades. Neste sentido, o conflito aparece intimamente associado ao “...*resultado da oposição de vontades, envolvendo recursos escassos, antagonismo de objetivos e frustrações...*”, aferindo-se as suas causas e consequências na interação natural no meio social em qualquer sociedade e em qualquer época. Ainda assim, esta interação surge muito centrado na problemática do acesso a recursos estratégicos e à energia como reflexo na economia global, que constitui o cerne atual das contendas entre os atores regionais no Sistema Político Internacional. Estas são as causas basilares do surgimento dos conflitos, referindo Weissmann que assentam em três elementos chave: as atitudes, os comportamentos e as

⁶⁷ Polemologia ou “Polemologie” é o termo criado por Gaston Bouthoul (1896-1980) para designar o estudo sociológico dos conflitos e dos fenómenos da guerra, segundo o qual se considera que a guerra tem como base a heterofobia, ou seja, a tendência que cada ser humano tem para temer o outro, por este ser diferente e antagónico. Uma heterofobia, considerada genericamente como um fator de agressividade negativo, assumindo uma definição instrumental de guerra, designando-a sinteticamente como “...*luta armada e sangrenta entre agrupamentos organizados...*” (Sousa, 2005, p.144).

situações. Estes fatores, isoladamente ou normalmente em interação conjuntural, estão na origem da grande parte dos conflitos regionais que ocorrem atualmente no globo, sendo ainda necessário uma abordagem mais ampla, abrangente e crescentemente complexa para se obter uma análise credível sob determinado conflito regional (Miall, 2004, pp.5-8).

Partindo do princípio epistemologicamente aceitável de que a paz é uma consequência da guerra e de que em algumas situações de caos, é mais difícil manter a paz do que acabar com uma guerra, Charles-Philippe David corrobora esta ideia, referindo que “...a diplomacia e as negociações para a paz são sempre preferíveis à guerra...” abrindo novas possibilidades para o entendimento da conflitualidade (2001, p.281).

Mais recentemente, constatamos que a prevenção de conflitos (*conflict prevention*) tornou-se no tema central da moderna Diplomacia, acompanhando sistematicamente as relações entre os atores no contexto internacional e integrando as agendas das principais Organizações Internacionais. Neste âmbito, constitui-se numa atividade crítica e decisiva, principalmente no que concerne à identificação, prevenção e limitação dos conflitos, onde o insucesso conduz a um agudizar da crise, correspondendo a um crescimento da insegurança, da instabilidade político-social e, em casos mais extremos, à rotura das estruturas governativas, refletindo-se em regra nas economias regionais e por via da globalização, nos mercados e nas economias mundiais. Por outro lado, a abordagem à gestão dos conflitos é conceitualmente diferente, constatando-se que podemos ter uma abordagem mais realista e atual quando se pretende agir sobre os fatores básicos concretos e estruturais do conflito, a fim de os evitar ou «prevenir». Contudo, outra abordagem mais liberal e crítica, segundo Charles-Philippe David, procura-se descobrir e contrariar as origens mais profundas dos conflitos, as designadas “*rootcauses*”, a fim de as «resolver». Assim, a dicotomia permanente entre o prevenir e resolver o conflito, em que a essência da sua aplicabilidade depende, entre outros aspetos, dos meios disponíveis, do tipo de conflito, do tempo disponível, e atualmente, mais do que nunca, das oportunidades políticas e da vontade dos líderes regionais, e muito especialmente da conjuntura internacional e dos interesses estratégicos associados à região (Idem, p. 282).

Constatamos também, que as terminologias e os conceitos utilizados nesta temática variam de acordo com as várias épocas, Escolas de pensamento e autores considerados para análise. Não obstante tal e de acordo com Bruce Russett, consideram que a “...prevenção e a gestão de conflitos são termos similares, que assentam basicamente numa metodologia e num conjunto de mecanismos usados para evitar, minimizar e gerir o conflito entre as partes em diferendo...” sendo importante uma reflexão mais cuidada e atenta sobre esta terminologia (Swanström e Wiessmann, 2005, p. 5).

Neste âmbito, quando se refere à prevenção de conflitos, Clément descreve-a sinteticamente como um “...conjunto de instrumentos usados para prevenir e resolver qualquer disputa antes desta se tornar num conflito ativo...” (Ibidem). Este conceito pressupõe considerarmos outras abordagens, mais centradas nos comportamentos em sociedade e que defende a prevenção de conflitos como um “...conjunto de medidas

para prevenir comportamentos conflituosos indesejados, quando surge uma situação de incompatibilidade de Objetivos...” (Fisas, 2004, pp.143-144).

Contudo, importa salientar que com a prevenção de conflitos se pretende, evitar o eclodir ou o reacender do conflito, atuando-se ao nível das potenciais causas base e ocorrendo, por norma, nos seus estágios mais iniciais. Neste contexto, Fisas, relembra-nos um elemento de análise fulcral que é a incompatibilidade de objetivos, o que no contexto das Relações Internacionais e mais concretamente na relação entre Estados, é uma realidade abrangente e cada vez mais presente nas agendas globais da Diplomacia.

A prevenção de conflitos tem como medidas de ação estratégica medidas de longo prazo e assenta grandemente na diplomacia preventiva, tendo como principais ferramentas operativas a monitorização ou a intervenção preventiva, no intuito de evitar ou conter o conflito na sua fase inicial, estabelecer mecanismos de alerta precoce, elaborar planos de contingência, flexibilizar as resposta e institucionalizar a ideia da prevenção de conflitos a nível local, regional e internacional. Estes princípios regem atualmente alguns mecanismos de alerta e de resposta aos conflitos regionais em África, integrados na Arquitetura de Paz e Segurança Africana.

Na “Agenda para a Paz”⁶⁸, Boutros Boutros-Ghali introduziu o conceito de “diplomacia preventiva”, passando a constituir uma ferramenta ímpar na gestão da conflitualidade atual e que se traduz na “...ação destinada a evitar a eclosão de disputas entre as partes, com vista a impedir que disputas já existentes, evoluam para conflitos e a limitar a expansão destes quando ocorram...”. Neste contexto, a diplomacia preventiva pode, segundo António Monteiro, abranger três dimensões: a primeira, orientada para as causas do conflito; a segunda, destinada a impedir que os confrontos se tornem violentos e uma terceira dimensão, num estágio mais avançado do conflito, em que se procura conter a expansão ou a escalada da violência (Branco, 2004, p.106) (2000, p.58).

Realça-se, desta forma, o âmbito e o contexto das medidas, em que a sociedade internacional se esforça por empregar de uma forma mais efetiva esta ferramenta na gestão da relação entre os múltiplos atores, principalmente quando a intervenção de uma terceira parte (desejavelmente neutral e credível) na gestão de conflitos intraestatais ou regionais é uma realidade. Por norma, a prevenção de conflitos contempla, para além de ações do âmbito da estratégia e do nível estratégico operacional, um conjunto de ações e medidas de âmbito político-estratégico, de forma a evitar a ameaça ou o uso efetivo da força como meio privilegiado de coação empregue por Estados ou Organizações, com a finalidade de garantir a estabilidade económica, política e social, com reflexo na economia, na justiça e no desenvolvimento de uma região ou de um Estado.

Estes procedimentos podem ocorrer antes do conflito eclodir para evitar a escalada da violência ou mesmo após um conflito já resolvido, com vista a evitar o seu reacendimento. Este aspeto particular da gestão pós-conflito aparece atualmente com maior acuidade e pertinência nas agendas das negociações para a paz, devido não só às recentes experiências dos conflitos no Iraque e no Afeganistão, mas também à crescente

⁶⁸ http://www.unrol.org/files/A_47_277.pdf

necessidade e interesse das NU (especialmente) e da Comunidade Internacional, em geral, em recuperar os Estados no pós-conflito. Estes procedimentos incluem normalmente o conjunto de ações que permitem criar as infra-estruturas pilares do Estado, tendo em vista garantir a sua sustentabilidade, processo que se designa por “*peacebuilding*”. Por sua vez, a prevenção de conflitos contém medidas de amplitude diferente, multidimensionais, com ações concertadas, planeadas e concretas, tendentes a encontrar o caminho da paz antes de se derivar para o agudizar do conflito. O propósito da prevenção de conflitos, consiste assim em “...*atuar satisfatoriamente antes dos primeiros sintomas de um conflito, impedindo-o que este escale para a violência...*”, a partir do qual será potencialmente mais difícil, fazer a sua gestão e posterior «transformação» (Fisas, 2004, p.143).

Para a sociedade internacional, a monitorização dos conflitos tem assumido uma importância crescente, nomeadamente em regiões onde o índice de conflitualidade intrínseca é relevante, como em África, onde a inclusão de sistemas de monitorização e alerta tem tido um papel de relevo na já citada Arquitetura de Paz e Segurança Africana. Este sistema faz estabelecendo-se estruturas e indicadores fiáveis de acompanhamento dos conflitos, que associados aos múltiplos fatores presentes na sua eclosão potencial (sociedade, economia, religião, recursos, etc.) tornam possível uma monitorização permanente. Em complemento, estabelecem-se mecanismos de alerta precoce que permitem acompanhar, num Estado ou numa região problemática o eclodir e evoluir da conflitualidade, concentrando em estruturas supranacionais estas valências e capacidades de monitorizar, analisar e se necessário, intervir na gestão do mesmo, pois estão também associados mecanismos legais e operacionais de resposta regional.

As Organizações Internacionais e Regionais têm tendencialmente associado aos mecanismos de alerta meios de resposta rápida, permitindo atuar nos estágios iniciais dos conflitos regionais, intervindo na área de interesse conjuntural, possibilitando assim uma contenção mais eficaz e mais rápida do conflito. Um caso que merece destaque neste contexto, é o *Continental Early Warning System* (CEWS) da APSA, que apesar de estar num estágio embrionário de desenvolvimento, constitui-se numa dinâmica de potencial sucesso neste continente. A prevenção efetua-se preferencialmente nos primeiros estágios do conflito, consistindo em detetar, em tempo, os principais indicadores da eclosão que contribuem para a evolução de um potencial conflito regional. Neste âmbito, Fisas, citando Lund, acrescenta contextualizando, que a prevenção de conflitos refere-se a um “...*conjunto de ações político-estratégicas levadas a efeito, por parte das instituições governamentais, que de forma expressa tentam conter ou minorar as ameaças, o uso da violência organizada e outras formas de coação por parte de Estados ou grupos concretos, com a finalidade de reduzir as disputas no interior, ou entre Estados...*” (2004, pp.143-144).

Uma das formas de se poder distinguir a prevenção da resolução de conflitos (*conflict resolution*) é relativizar estas atividades no tempo e nas causas dos conflitos e da conflitualidade regional. Assim, no primeiro caso, refere-se normalmente a estágios pré-conflituais ou no início do fenómeno (antes deste se tornar violento) e ocorre normalmente por um período mais dilatado de tempo. Por sua vez, a resolução de

conflitos acontece em etapas mais avançadas da sua curva, quando este ultrapassa o limiar da violência e escala para uma situação de crise potencial, podendo chegar em última análise, ao conflito armado, a guerra. Neste âmbito, carece em regra de medidas mais urgentes, com maior robustez e realizadas normalmente sobre a égide de uma terceira parte internacional, regional ou sub-regional credível. Uma terceira parte que não só pretende mediar o conflito, como poderá ser o interlocutor privilegiado da sociedade internacional, para essa contenda e nessa região, assumir a liderança conjugada das dinâmicas pacificadoras no contexto regional e contribuir para a sua resolução.

Na escalada da curva de aceleração inconstante, do «ciclo de vida do conflito», ao se atingir o patamar da crise, a sua gestão caracteriza-se predominantemente, em função do fator “tempo”, desenvolvendo-se em norma, por um longo período de tempo, exigindo medidas drásticas e envolvendo terceiras partes e atores internacionalmente credíveis, na tentativa de evitar que este assuma as proporções de um conflito armado ou possa escalar para um patamar de violência generalizado que torne o país ou a região num estado de guerra generalizado e num regime de guerra civil, como aconteceu em Angola até aos Acordos de Luena em 4 de Abril de 2002.

Neste âmbito, Peter Wallensteen apresenta-nos uma definição para a “resolução de conflitos”, considerando como: “...a adoção de medidas tendentes a resolver o cerne da incompatibilidade que esteve na origem do conflito, incluindo as tentativas de levar as partes a se aceitarem mutuamente...”. Acrescenta ainda o autor que este corresponde ao conjunto de “...esforços orientados no sentido de aumentar a cooperação entre as partes em conflito e aprofundar o seu relacionamento, focalizando-se nos aspetos que conduziram ao conflito, promovendo iniciativas construtivas de reconciliação, no sentido do fortalecimento das Instituições e dos processos das partes...” e que se reflete cada vez mais na ação diplomática e política nos organismos multilaterais de decisão supranacional (2004, p.8).

Noutra perspetiva, Charles-Philippe David, citando Fetherston, refere que a “...aplicação não coerciva de métodos de negociação e de mediação, por terceiros, com vista a desarmar o antagonismo entre adversários e a favorecer entre eles uma cessação durável da violência, pode ser o cerne da problemática em torno da resolução de conflitos...” (2001, p.284).

Assim, pensamos que existe um conjunto de mecanismos ao dispor dos atores globais, que vão desde a diplomacia preventiva, associado à prevenção de conflitos, ao “*peacemaking*”, “*peacekeeping*” e na fase de reconstrução pós-conflito, ao “*peacebuilding*”, para além de novas formas integradas e mais complexas de atuação, e que têm como objetivo principal, o cessar das hostilidades e levar as partes em confronto a aceitar o diálogo e a paz (Branco, 2004, p.105).

Contudo, no início do século XXI, e devido ao crescente grau de complexidade dos conflitos regionais (não só devido ao número de atores em presença como ao elevado índice de interesses geopolíticos e ideológicos que lhes estão associados), temos vindo a assistir a uma desmultiplicação e ao emprego combinado de forças militares, policiais e de agentes civis, onde convergem para uma concertação de soluções multinacionais e

multidisciplinares para a resolução das crises e dos conflitos. Pretende-se assim fazer face a uma combinação das ameaças, com uma combinação de soluções, tendo em vista diminuir o risco, e criar a estabilidade e a paz que possa gerar ou contribuir para o desenvolvimento sustentado, sendo esta a essência da globalização na atual revolução dos assuntos militares nos atuais conflitos. Todavia, Vicenz Fisas salienta que existe um conjunto de respostas multidimensionais para fazer face a um conflito e que as medidas podem ir desde a negociação entre as partes, até à intervenção com forças militares e/ou policiais, levando a referir que “...a gestão ótima do conflito consiste em limitar as franjas das respostas do “continuum” do conflito que não inclua a violência física e o recurso à guerra...” (2004, p.30).

O mesmo autor faz ainda alusão ao facto de a resolução de conflitos ser um multifacetado processo que requer análises sistémicas e multidisciplinares, mas que se rege principalmente por análises individualizadas e muito detalhadas, centradas nas causas base do conflito, com vista a se poder alcançar o enfoque do problema e proporcionar uma cooperação estruturada e focalizada nos principais diferendos entre os contendores. O papel de uma terceira parte é como vimos, essencial para a credibilidade do processo, para identificar e prestar assistência às partes em litígio e para se alcançar a “paz possível”, no que alguns atores apelidam de “...transformação do conflito...” (*conflict transformation*) (Miller, 2005, p.26) (Ramsbotham et. al., 2006, pp.12-13).

Na análise das dinâmicas do conflito apresentada por Fisas, após se ter ultrapassado o estágio do confronto armado, os esforços politico-estratégicos devem estar centrados na pacificação (*peacemaking*) e na garantia da manutenção da paz (*peacekeeping*). Estamos na designada “fase proativa” da resolução do conflito, em que podemos influenciar diretamente, pela nossa decisão, e principalmente pela ação, o evoluir do fenómeno da conflitualidade. Por outro lado, quando se ultrapassa o patamar da violência armada, entramos na “fase reativa” da sua resolução, em que numa primeira etapa o objetivo primordial é alcançar o cessar-fogo e numa segunda fase, garantir a manutenção da paz e criar condições para se iniciar as atividades de reconstrução (*peacebuilding*). Tal acontece quando este baixa do limiar da violência armada e entra na paz instável, numa segunda ordem de prioridades, podendo então ser encetado um conjunto de mecanismos e estratégias tendentes a resolver a raiz do conflito e/ou a restaurar novamente uma paz estável com vista a gerar segurança e desenvolvimento (2004, p.33).

Na gestão dos efeitos atua-se “...por impulsos...” de necessidades, em reação aos acontecimentos conjunturais, em que a resolução do conflito se torna mais difícil, morosa e com efeitos menos consensuais, com objetivos mais complexos e não estabelecidos, o que implica restaurar a paz e possibilitar a resolução do conflito pela via menos pacífica, sob a forma de imposição.

Atualmente, na análise da conflitualidade regional, quer seja na área da diplomacia, da estratégia ou da política, o conceito sobre a gestão de conflitos (*conflict management*) refere-se a uma concetualização essencialmente de carácter teórico, dedicada à limitação, mitigação e contenção do conflito, sem contribuir necessariamente para o resolver. Neste âmbito, reconhece-se que o conflito não se pode resolver no imediato e que por

esse motivo se coloca o assento tónico na sua limitação e na gestão das consequências destrutivas imediatas. É por essa via um conceito iminentemente de carácter académico e abrangente, no sentido amplo da pacificação do conflito e que normalmente se “...*limita aos aspetos técnicos e práticos do esforço no sentido de alinhar as divergências entre as partes em litígio...*” (Fisas, 2004, p.184).

Uma correta gestão do conflito implica conhecer o seu cerne e catalogá-lo de acordo com as suas características, principalmente quanto às motivações, causas e objetivos das partes em confronto. Assim, se quisermos catalogar ou agrupar os conflitos mais recentes, muitas são as matrizes, tabelas ou grelhas conceptuais que nos orientam na nossa investigação académica. Para Hugh Miall, os conflitos dividem-se teoricamente em “interestatais” e “não interestatais”, sendo estes subdivididos em revolucionários ou ideológicos, conflitos de identidade ou de sucessão e conflitos de fações ou grupos, o que corresponde a uma terminologia de uso corrente e fácil no quadro das Relações Internacionais (2004, pp. 30-32).

A catalogação/separação supra apresentada está principalmente vocacionada para uma matriz da conflitualidade típica do período pós guerra-fria, sendo possível refletir atualmente sobre o facto de existir um maior grau de complexidade, abrangência e âmbito geográfico dos conflitos, necessitando em nossa opinião de uma concetualização mais adequada à atual conjuntura dos conflitos regionais no mundo, onde África e mais concretamente a África Subsariana são exemplos concretos. Neste âmbito, Peter Wallensteen, numa conceção elaborada à luz do Direito Internacional, assente numa análise sobre as causas dos conflitos, considera que existem três tipos de conflitos: os conflitos “intraestatais”, envolvendo o território e a governação; os “interestatais”, envolvendo os governos e o Estado e um terceiro tipo; os conflitos “intraestatais” incidindo sobre o território e as fronteiras. Os conflitos interestatais são disputados entre nações ou alianças de nações, os conflitos “intraestatais” são de carácter eminentemente internos e são disputados dentro do território do próprio Estado. Esta divisão, aparentemente simplista, entre conflitos intra e interestatais, permite diferenciar e catalogar a maioria dos conflitos atuais no globo, sendo utilizado pelos autores já citados, como a principal mudança verificada nesta temática ao longo da segunda metade do século XX e no início do século XXI (Wallensteen, 2004, pp. 74-76).

A gestão dos conflitos interestatais e intraestatais é diferente em múltiplos aspetos. Contudo, em termos conceptuais, um conceito de gestão de conflitos materializa genericamente o esforço para conter ou reduzir a escalada da violência entre as partes e proporcionar uma comunicação com vista a reduzir as disputas e a levar ao *términus* da violência. Ainda assim, sabemos que os mecanismos de análise e de resolução de conflitos estão mais vocacionados para os conflitos intraestatais, pois existem atualmente no mundo, uma maior prevalência destes, constituindo um fator limitativo e condicionante da análise da conflitualidade contemporânea. Esta análise não deve neste propósito, ser um processo estático, finito ou inóculo, podendo ir para além de um exercício meramente académico, e contemplar uma sucessão de circunstâncias e factos dinâmicos que a História da Humanidade caracteriza e que permitindo mesmo definir períodos da História em função e associados a esses conflitos (exemplos: Guerra dos

100 Anos e Primeira Guerra Mundial), pois os conflitos fazem parte da nossa História e marcam a História Universal.

A conflitualidade apresenta, em dados momentos da História uma dinâmica conjuntural própria, associando-se um conjunto de características únicas e inauditas, em que se pode considerar que a heterogeneidade dos conflitos aduz transversalmente a aspetos e circunstâncias comuns que permitem conceptualmente estabelecer um modelo de análise sistemático do conflito. Neste contexto, as principais causas e consequências da conflitualidade são, independentemente da sua base geográfica, ideológica, política ou de circunstâncias conjunturais, aspectos comuns que permitem estabelecer um modelo padrão de análise dos conflitos e da conflitualidade, centrando-se nas suas principais características: intensidade, durabilidade e as características dos mecanismos de gestão associados. Aspetos académico que concetualmente permitem uma melhor e mais abrangente análise do conflito e contribuem para uma melhor tomada de decisão política e para o emprego adequado dos mecanismos na resolução do conflito (Cravino, 2010, p.44-45).

Assim, consideramos que a sistematização do conflito num modelo padrão e a sua consequente análise, associados num “ciclo” permite, numa primeira instância, um melhor entendimento da dinâmica da «vida do conflito», possibilitando mais facilmente congregar estratégias e afetar recursos tendentes a mitigar ou limitar o seu impacto nas sociedades. Numa perspetiva teorizadora da conflitualidade, vários modelos foram entretanto idealizados, quase todos tendencialmente cíclicos, e faseados conjugando níveis de intensidade variável, evoluindo da paz para a guerra, passando pela crise e vice-versa, até se restabelecer a paz, onde envolve múltiplos atores e em que o papel central é quase sempre do Estado e das Organizações Regionais (Swanström e Wiessman, 2005, p.10).

Neste contexto, agrupam-se etapas, definem-se as fases ascendentes e descendentes da curva do conflito, limitam-se as situações pré e pós conflituais, permitindo uma “mecanização” na adoção de termos e definindo-se uma conceptualização doutrinária mais sólida e muito mais abrangente, pois a análise da conflitualidade é cada vez mais complexa, mas necessária para acompanharmos os fenómenos sociais contemporâneos. Os modelos dos ciclos de análise dos conflitos inscrevem-se numa curva de aceleração variável, que corresponde inicialmente a uma fase de crescimento do conflito (aceleração positiva) seguida de uma recessão e retorno à paz, onde as etapas e estágios evolutivos, onde a gestão de conflitos incorpora as estratégias e os mecanismos de análise, principalmente no âmbito da prevenção e da resolução do conflito.

Embora a tendência concetual normativa das ciências sociais que estudam estes fenómenos seja no sentido de se padronizar os conflitos, importa salientar que nem tudo que observamos é padronizável, que a regra base é que “cada conflito é um conflito” e que em regra será necessário uma análise muito cuidada, multidisciplinar e contextualmente mais abrangente, para se poderem comparar fases de evolução, etapas, ou processos. Pois constatamos que a dinâmica dos conflitos não é sempre linear e os fatores variáveis de análise são cada vez mais complexos e associados a contextos regionais e conjunturais nutáveis e “globalizados”. Esta observação e análise permitem

contudo uma padronização relativa em determinadas fases da sua evolução, e constatar que os modelos possibilitam orientar a análise dos conflitos (vide modelos usados nas ONU, UE e OTAN), mas não explicam claramente os seus motivos, nem nos dão a plena noção da realidade dos conflitos no contexto em que emergem. Atualmente, o modelo privilegiado pelas Nações Unidas para a resolução dos conflitos de “maior responsabilidade” usados na terminologia de Hillen é contemporaneamente desenvolvido à custa de “...*coligações de vontades, lideradas por Estados poderosos ou alianças credíveis com uma unidade de comando clara e perfeitamente definida...*” pois a resolução cirúrgica destes conflitos obriga à adoção de mecanismos e modelos mais complexos e cada vez mais “globalizados” (Branco, 2004, p.113).

Constatamos assim que o grau de complexidade crescente nos conflitos regionais implica uma multidisciplinaridade de análises relativas aos atores de acordo com os vários níveis de intervenção, pois o facto dos mecanismos de resolução de conflitos intraestatais conjugarem uma miríade de ações e processos tendentes à sua resolução, eleva à complexidade da análise e da abordagem destes fenómenos. Neste âmbito, Hugh Miall atribui três níveis/graus de empenhamento para a sociedade internacional, consoante os vários atores que intervêm na resolução do conflito. O modelo apresenta conteúdos que levam à adoção de iniciativas concretas para adequar a intervenção dos vários agentes que atuam aos diferentes níveis da resolução (ou gestão) do conflito. Importa contudo reter que, atualmente, a resolução de conflitos integra conjunturalmente um ou mais níveis, e que numa intervenção, agentes de diferentes níveis podem atuar antes ou em sobreposição com os do nível base, pois para conflitos “complexos” exige uma adoção de modelos de resolução também “complexos”. Contudo, entendemos que o modelo parece ser uma base concetual útil para se fazer uma abordagem teórica aos fenómenos da conflitualidade regional. Complementarmente, o quadro académico-concetual empregue para efetuar a análise dos conflitos internos num Estado, elaborado por Pauline Baker e publicado pelo “*Fund for Peace*”, dá-nos uma perceção global do conflito assente no «*ciclo de vida*». Desenvolvendo-se como que uma ferramenta de análise sistémica e de monitorização da sua evolução, quer este progrida para uma situação de deterioração e conduza ao conflito armado ou para um estágio de segurança e paz sustentável. Este processo assenta estruturalmente em cinco etapas do “*ciclo de vida do conflito*” e apoia-se num ponto de decisão que compreende ainda um conjunto de metodologias para a sociedade internacional, com vista a levar a cabo ações concretas no sentido de resolver o conflito ou a reduzir o seu impacto nas populações e no Estado⁶⁹. Baker apresenta-nos assim um modelo académico de análise da conflitualidade que procura colocar o centro da análise na entidade Estado e o papel da Comunidade Internacional surge numa base indiferenciada e multidisciplinada de atuação.

Por outro lado, modelo de gestão de conflitos apresentado por Katerina Nicolaidis e sublinhado por Janete Cravino, articula todos os mecanismos de resposta à conflitualidade e aborda o ciclo de vida do conflito numa perspetiva sistémica, referindo não só as diferentes fases de evolução, como os principais instrumentos utilizados em

⁶⁹ <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=354>

cada fase. Este modelo não introduz contudo desde 1996 mais-valias significativas para a abordagem contemporânea aos aspetos securitários, sendo necessário analisar os conflitos de uma forma mais integrada, completa e abrangente, onde as realidades são difusas, as fases e os modelos dinâmicos e a abordagem ao contexto, mais integrada e envolvendo os vários fatores da conflitualidade (Hugh Miall) e ainda os meios de resolução de conflitos apresentados na “*Agenda para a Paz*” (2010, pp. 22-23).

Contudo, a análise da conflitualidade contemporânea é em nossa opinião, um exercício académico desafiante e que os atores globais procuram trazer para as agendas internacionais da segurança e do desenvolvimento. Aspeto em que os modelos de investigação académicos, entre os quais se destacam os modelos referidos nos parágrafos anteriores, são instrumentos úteis para os agentes globais da segurança, da diplomacia e do desenvolvimento, poderem compreender e interagir melhor com os fenómenos sociais entre a paz e a guerra que condicionam a nossa vivência em sociedade.

A conflitualidade no Mundo e em África. Elementos de similaridade e divergência

No início do século XXI a conflitualidade no mundo alterou-se radicalmente, não só por causa das alterações conjunturais e das dinâmicas da globalização a que temos vindo a assistir na ordem internacional, como pelo complexo quadro de ameaças e riscos transnacionais que lhes estão associados. Os elementos que os caracterizam têm vindo a ser estudados por políticos, diplomatas, académicos, militares, entre outros, pois os conflitos persistem como um fenómeno transversal na nossa sociedade global. Neste pressuposto, a análise e a identificação dos principais agentes, como fenómeno social, é dificilmente entendível e não tão facilmente previsível, como acontecia no período da guerra-fria. Complicaram-se assim os fenómenos da Polemologia, pois as causas são multidimensionais, os atores são transnacionais, e como refere Joseph Ney “...as fontes são diferentes...” e acrescento, as ideologias condicionaram essas análises (2002, pp. 274-275).

Neste prisma, constatamos que o estudo dos conflitos internacionais e das guerras ou crises regionais, têm permitido sistematizar e interpretar (como fenómeno social à custa do estabelecimento de correlações) e identificar as potenciais causas e assim sistematizar explicações multidimensionais, procurando-se alcançar uma moderna “teoria dos conflitos”. Esta racional tem levando os académicos a criarem um conjunto de modelos de análise de conflitos e matrizes de comparação e níveis de decisão, no intuito de mais facilmente compreender, analisar e intervir nesses conflitos (Diehl, 2005, p.90).

A análise da atual conflitualidade, principalmente a da matriz Africana e nomeadamente a vertente Subsariana, surge como um modelo de abordagem sistémico que enquadra numa conjuntura própria, as diferentes causas desses conflitos regionalizados e procura interpretar, de forma académica, de acordo com as suas principais características conjunturais.

Neste contexto, a investigação sobre a temática da conflitualidade surge no contexto das Relações Internacionais como um dos fatores mais relevantes de interpretação da

conjuntura geopolítica e com reflexos na análise geoestratégia regional e na geopolítica global. Numa caracterização sintética e abrangente da conflitualidade no mundo, embora focando-nos especialmente na segunda metade do século XX, podemos constatar que, ao longo deste período, segundo Loureiro dos Santos, “...[o mundo] encontrava-se dividido por duas lideranças que se digladiavam, delimitando dois campos em cujas fronteiras ocorriam, por «delegação», os conflitos entre os respetivos centros políticos...” (2006, p.11).

Neste paradigma, os designados conflitos “por procuração” são o resultado de uma bipolarização do globo em esferas de influência e derivaram numa dispersão crescente de conflitos regionais, embora, segundo o mesmo autor, mantendo-se a divisão estratégica entre um “Mundo Ocidental” (liderado pelos EUA), capitalista e defensor das liberdades e da Democracia, e um “Mundo Oriental” (representado pela URSS), apologista do Comunismo e defensor das igualdades de classes. Este mecanismo de constante “auto regulação” da conflitualidade mundial, que consistia no equilíbrio político-estratégico da guerra-fria, é caracterizado globalmente por um ambiente de relativa “precaução estratégica” entre potências, que contribuía para uma relativa estabilidade e contenção dos conflitos interestatais no mundo (Couto, 1988, pp. 48-50) (Loureiro dos Santos, 2006, p.11).

No entanto, apesar de subordinados à bipolaridade e ao supracitado “equilíbrio estratégico”, os movimentos de libertação, descolonização e da autodeterminação, bem como outros fenómenos político-sociais tipicamente intraestatais, proliferavam um pouco por todo o globo, principalmente no continente Africano (Pourtier, 2010, pp. 154-159).

Presentemente, constata-se que o ruir da «velha ordem» conduziu a uma assimetria global nas relações entre os atores da cena global, tendo-se assistido ao surgimento de novas ameaças transnacionais e inovadoras formas de produzir o terror, sendo a mais relevante, pela dimensão que alcançou, o 11 de setembro de 2001, com os atentados de Nova Iorque, em que o designado terrorismo internacional passou a ser uma das principais preocupações no contexto da segurança global (Loureiro dos Santos, 2006, pp. 211-214).

Estes fatores têm influência direta na nova conflitualidade, e refletem-se na alteração da natureza e do propósito dos conflitos que, afetando a estrutura de distribuição do poder no sistema internacional, criam uma força crescente de tensão entre os processos de integração social e de afirmação ideológica, derivando na conseqüente desagregação das entidades “Estados”, que “...ocupavam o lugar da confrontação estratégica e ideológica do período da guerra-fria...” (Viana, 2002, p.31) (Maltez, 2010, pp. 235-237).

Por outro lado, assistimos nas últimas décadas, nomeadamente após o final da segunda guerra mundial, a uma crescente importância dos conflitos regionais em detrimento de conflitos à escala mundial, em que o Estado ocupa ainda um papel fundamental e central na gestão da conflitualidade, embora, conforme refere Adriano Moreira, este [o Estado] “...venha ocupando cada vez menos um papel de ator preponderante nas

relações no Sistema Político Internacional...” como temos vindo a constatar (2002, pp. 374-376).

A conflitualidade e o Estado parecem assumir uma crescente importância no contexto das Relações Internacionais, em que a par da diplomacia e do desenvolvimento, da economia e das finanças, são os principais eixos de expansão transversais em qualquer modelo de análise da conflitualidade. A diálise conflitual entre Estados, Organizações e outros atores (ONG, OIG, atores transnacionais e individuais) em zonas de valor estratégico acrescido, conduziram ao surgimento de uma inovadora mentalidade de se abordar os conflitos regionais, passando a constituir-se tema obrigatório, vital, e por esse motivo, a constar em praticamente todas as análises académicas, temas de conferências e nas agendas internacionais, uma vez que o “...*Sistema Internacional atualmente é caracterizado por uma aparente contradição: por um lado, uma fragmentação e por outro, a globalização crescente...*”, tornando-se assim numa das características da matriz identitária da nova ordem mundial. Neste quadro, sabemos que a globalização crescente trouxe por via da conflitualidade em determinadas regiões do globo, a fragmentação do poder instituído e das sociedades, nomeadamente em África, onde se assistiu a uma desagregação e deterioração do poder do Estado e ao surgimento de marcantes clivagens sociais, religiosas, políticas e militares entre as elites governamentais e a desamparada população (Kissinger, 2002, p.17).

A alteração radical da natureza dos conflitos veio mostrar que estes deixaram de ser compreendidos pela Polemologia, que enumerava matematicamente as causas das guerras e os riscos elevados típicos da guerra-fria, para enfrentar uma lista pesada de novas ameaças transnacionais e assimétricas, que complicam um melhor entendimento e a abordagem teórico-conceptual destes fenómenos, que não sendo novos, são mais complexos. Em que haverá porventura a necessidade de incluir, como já aludimos anteriormente, uma renovada conceptualização da Polemologia e abrir o leque e outras teorizações que separando conceitos, tornem mais claras o entendimento da conflitualidade atual como fenómeno social e contexto de globalidade crescente.

Quanto à estrutura de distribuição do poder e principalmente aos processos de desagregação dos Estados, Adriano Moreira salienta que são causa e efeito dos mesmos problemas, na medida em que a multiplicação de Estados ditos “frágeis”, “falhados”, “inviáveis” ou “exíguos”, associado à falta do apoio das ditas superpotências, conduziu a uma “...*proliferação dos conflitos no interior desses estados e ao conseqüente crescimento dos conflitos regionais, uma constatação do globalismo crescente das sociedades atuais...*” e que se reflete na conjuntura atual (2002, p.380).

Segundo este paradigma, as principais ameaças à paz e à democracia no mundo, com algumas exceções (Bósnia, Kosovo, Iraque, Afeganistão, Israel e Palestina) traduziram-se neste século num ligeiro declínio da matriz global dos conflitos no mundo, em que “...*as crises internacionais tornaram-se menos comuns e foram sendo resolvidas preferencialmente por via da diplomacia, em detrimento do emprego da força...*” o que veio introduzir outros (Marshall e Gurr, 2004, p.20).

Neste contexto, salientam os suspeitados autores que a evolução da atual conflitualidade no mundo fez evoluir a dimensão da “diplomacia preventiva”, nomeadamente da

negociação e da mediação, procurando-se ao nível global resolver, pela via pacífica e diplomática, os conflitos regionais que vinham proliferando, sendo esse também um dos aspetos característicos principais da “nova” conflitualidade no mundo. Existe nas bibliotecas *on-line* uma vasta documentação sobre a análise, distinção e catalogação dos conflitos no mundo. Contudo, o relatório anual elaborado pela “*University of British Columbia*”, designado por “*Human Security Report*”, constitui uma boa referência académica sobre a evolução da conflitualidade no mundo, apresentando alguns dados estatísticos que permitem, não só confirmar uma tendência para um decréscimo geral da conflitualidade no mundo, como constatar uma predominância dos conflitos intraestatais, e ainda identificar uma alteração significativa, na distribuição geográfica, tipologia e móbil dos conflitos regionais atuais (Ibidem).

Assim, quando analisamos os conflitos armados entre potências e blocos de nível mundial, associando-se a guerras interestatais (característico da guerra-fria), vimos que estes deram lugar atualmente a conflitos intraestatais de baixa e média intensidade, que proliferam a nível regional e local, trazendo a conflitualidade para dentro das fronteiras dos Estados, em que os principais atores nem sempre são esses Estados. O relatório salienta que após a queda do muro de Berlim “...a conflitualidade mundial global decresceu cerca de 16%, atingindo em finais de 2004, o nível mais baixo de conflitualidade desde 1950...”. Estes indicadores, independentemente dos racionais que o justificam, definem globalmente uma tendência do decréscimo da conflitualidade no mundo, o que não quer dizer necessariamente que o mundo esteja mais seguro, nomeadamente o continente Africano mostra-nos precisamente o oposto (Marshall et. al., 2005, pp.20-22).

Neste quadro, constata-se atualmente uma tendência para um decréscimo generalizado do índice de conflitualidade no Mundo, verificando-se uma diminuição dos confrontos intraestatais e a uma relativa tendência para a estabilização no número de lutas interestatais, apesar da ameaça de conflitos inter-Estados e ou com coligações serão atualmente ainda uma realidade e com uma forte preponderância em África, onde como salienta Roland Pourtier “...*depuis la fin de la breve pax colónica, l’Afrique noire n’a pas connu une seule période de paix générale...*” (2010, p.154).

Neste panorama, a prevalência do envolvimento das Organizações de carácter “universalista”, procurando congregar esforços na tentativa de resolução dos conflitos localizados, conferiu uma dimensão transnacional e global aos conflitos regionais, aspeto que deriva ainda do confronto direto entre as potências do oriente e do ocidente no espaço Africano. Segundo Gresh, luta-se neste quadrante pelo acesso ao poder, por questões de posse territorial ou por traçados de fronteiras, pela disputa do acesso a recursos minerais estratégicos e lutas de cariz ideológico, racista ou religioso, constituindo estes os principais fatores da conflitualidade Africana contemporânea (2006, pp. 40-41).

Os fenómenos socioeconómicos relacionados com os conflitos e com a busca da paz e do desenvolvimento sustentado não são um fenómeno inexplicável e ocasional e não parecem surgir por mero acaso. Pelo contrário, ambos são fenómenos gerados e influenciados por indutores próprios e intrínsecos na dinâmica das sociedades. Keegan,

em linha com esta ideia, refere a este propósito que “...a história conhecida do mundo é, em grande parte, uma história de guerras, porque os estados em que vivemos nasceram através de conquistas, combates cívicos, conflitos ou lutas pela independência...”. Neste âmbito e corroborando a teoria positivista pura, assume-se que a matriz geopolítica dos conflitos no mundo se considera como uma necessidade e inevitabilidade na relação social e que “...os conflitos evoluem com a Humanidade e a Humanidade cresce com os conflitos...” (2006, p.505).

Estes são fenómenos de natureza cíclica, com periodicidade variável e que embora possam ser algo imprevisíveis, estão omnipresentes e marcam a História da Humanidade, sendo afetados por fatores endógenos geoconjunturais (de entre outros) tais como o acesso e a luta pelo controlo de determinados recursos naturais estratégicos (especialmente energéticos ou geradores de recursos financeiros avultados); o controlo de determinada porção de território e o acesso ao poder ou os conflitos por motivos ético-religiosos. Mas também podemos e (devemos) considerar alguns fatores exógenos (exteriores ao conflito, mas que influenciam diretamente o desenrolar do mesmo) tais como a conjuntura regional e internacional do momento, o nível e a forma de intervenção da sociedade internacional e as tendências geopolíticas e geoestratégicas. Razões pelas quais os conflitos são considerados acontecimentos conjunturais, processos dinâmicos ligados a atividades e processos que variam, entre outros aspetos, em função do tempo, do espaço, dos interesses vigentes, dos atores envolvidos e das condições conjunturais associadas, podendo degenerar em crises e violência localizada ou, numa fase mais aguda, numa crise geral ou escalar para uma situação de guerra, afetando tudo e todos, pois a globalização introduziu este inovador, problemático e ambíguo paradigma para a “nova” conflitualidade.

A matriz da “nova” conflitualidade que temos vindo a abordar apresenta, em suma, como principais tendências conjunturais, um declínio significativo dos conflitos interestatais, relativamente ao aumento de conflitos intraestatais, no interior dos Estados, assistindo-se a uma concentração maior destes conflitos no “Terceiro Mundo”, o que reflete a atual realidade no continente Africano. Este fenómeno apresenta uma principal incidência em África, onde o seu aparecimento surge como o resultado do processo de construção, falência e fracasso das estruturas dos Estados e da inviabilidade deste em assegurar as suas principais funções, o de garantir a segurança das suas populações, aspeto que constitui um fator de preocupação para a sociedade internacional.

Por outro lado, os conflitos que marcam a atualidade são, em simultâneo, causa e consequência das razões de fundo que lhes estão associados, nomeadamente porque esses conflitos ocorrem maioritariamente em países “abandonados” pelas ditas grandes potências do após guerra-fria e derivam da inconsistência e inexperiência dos regimes políticos entretanto criados, que não puderam (ou não souberam) fazer a transição de país colonizado para um Estado democrático, desenvolvido e desejavelmente livre. Estes países, que se encontram um pouco por todo o globo, apresentam contudo algumas características comuns e que têm justificado uma atuação acrescida da sociedade internacional, principalmente no que concerne ao desenrolar das suas atividades como “Estado”, pois estão imersos numa profunda crise económica e social,

não garantindo os serviços sociais mínimos, apresentando um tecido social desmembrado e, nalguns casos extremos, repressão política, religiosa e social. Fatores que de forma isolada ou em interação, vêm adquirindo maior relevância regional e mundial, afetando não só a estabilidade dessas regiões, mas nomeadamente a segurança global. Constatase assim que, em suma, a instabilidade a sul reflete-se, direta ou indiretamente, num maior grau de insegurança a norte e que a segurança a norte é conseguida pela aposta na segurança a sul.

Os fatores apontados para a concentração de tão distintas causas em espaços exíguos, associados à influência dos fatores locais e internos, onde se salientam as tensões demográficas, os aspetos de natureza ideológica, religiosa, racial e política, bem ainda como elementos relacionados com a insegurança das populações, e que levam a sociedade internacional, como vimos, a criar modelos de análise para os conflitos, em paridade com o que se faz noutras partes do globo. Contudo, a fragmentação regional do continente Africano, a busca de identidade cultural e civilizacional e a “manipulação” das populações, quer seja por pressão política, económica, racial ou religiosa, são resumidamente para Vicenz Fisas, os aspetos geopolíticos mais relevantes que conduzem ao surgimento de conflitos nestes Estados (2004, pp. 52-62).

Sublinha-se ainda o facto de se constatar uma militarização crescente ao estilo ocidental em África nas décadas que se seguiram a 1950/60, constituindo-se num fenómeno diretamente associado ao crescimento da conflitualidade no continente. Facto que se tornou num dos principais catalisadores dos conflitos regionais Africanos, que, devido ao facto de ter havido “...despesas excessivas em armamento, subordinação dos valores civis aos militares, proeminência das elites militares auto proclamadas e mesmo o recurso à guerra...”, potenciaram, segundo Keegan e Pouztier, o recrudescimento da forma marginal da violência entre povos, etnias, entre Governos e Estados neste continente (2006, p. 498) (Gazibo, 2010, p. 119) (Pourtier, 2010, pp. 156-157).

Todavia, os conflitos armados parecem ter agora em comum a ausência direta e única da resultante militar no seu epílogo, que não terminam apenas com uma vitória militar e que “...acabam [normalmente] por via da negociação pacífica, da diplomacia, ou por desfecho político, simplesmente por inanição...”, aspeto que, embora possa parecer contraproducente, se deve também a uma maior intervenção da Comunidade Internacional nestes fenómenos e a uma alteração significativa dos mecanismos de gestão dos conflitos, com reflexos na segurança regional e no apoio ao desenvolvimento sustentado (Moita, 2004, p.125).

Este fator aponta para que a evolução verificada na outra face da moeda dos conflitos (realização da paz) tenha também evoluído grandemente, associado ao objetivo de criar mecanismos operacionais tendentes a resolver, de uma forma eficaz e eficiente, as contendas regionais. Neste contexto, assume especial relevância a diplomacia preventiva (nas suas múltiplas vertentes) e a intervenção articulada de Organizações Internacionais e Regionais (credíveis) como agentes da paz e instrumentos da consolidação do Estado e com um papel fundamental ao nível do Reformado do Setor da Segurança (RSS) e Defesa (RSD). Contudo, o aparecimento de novas ameaças de natureza global, com especial destaque para as diversas formas de ameaças

transnacionais, em que se desenvolvem os conflitos assimétricos, onde se salienta nomeadamente: o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva e o surgimento de estratégias conducentes ao genocídio e à desestruturação da segurança humana, são ainda assim as causas mais gravosas desta “nova” conflitualidade Africana. Por outro lado, os aspetos relacionados com a evolução dos conflitos no mundo também estão diretamente relacionados com o crescimento do investimento nos sistemas militares e na aquisição de armamento. Estes conflitos tem um reflexo direto no Produto Interno Bruto (PIB) dos países na região, em que a introdução de inovadores sistemas de armas mais letais e com maior potencial contribuíram também para criar uma perspetiva inovadora e mais real da evolução dos conflitos no mundo e obviamente da relação direta entre o instrumento militar e a segurança, entre a criação de Forças Armadas e a consolidação da paz.

Nos conflitos regionais “integrados”, onde se cruzam múltiplos objetivos, novos atores e interesses, (para além dos tipicamente já conhecidos), geram na conflitualidade regional uma amálgama de agentes e fatores desestabilizadores, que conferem a África o epíteto de um dos continentes mais perigosos do mundo, constituindo-se por isso a segurança como uma das prioridades estratégicas para a sociedade internacional neste continente (Meredith, 2006, pp.617-622).

Salienta-se que os recentes fenómenos ocorridos no sistema internacional tiveram reflexos diretos na nova ordem internacional, traduzindo-se no período pós guerra-fria, numa alteração na forma de se abordar a conflitualidade no mundo, não só relativamente à sua intensidade, mas principalmente à sua tipologia, envolvimento regional/global, nas motivações e muito em especial, na influência que introduziram nos aspetos geopolíticos, constatando-se que são atualmente fenómenos mais complexos e que não se circunscrevem a uma região, sendo cada vez mais problemas do mundo global. Verifica-se neste contexto que os conflitos evoluíram tendencialmente para o interior dos Estados, passando a incluir novos atores e outras dimensões para o problema, acrescentando complexidade de análise e dificultando a intervenção da sociedade internacional, pois os conflitos de raiz intraestatal passaram a ser vistos pela sociedade como uma das principais ameaças ao desenvolvimento sustentado regional/global, carecendo, segundo os especialistas, de uma intervenção mais estruturada, multidisciplinar, integrada e acima de tudo, estrategicamente global. Esta realidade, em particular em regiões como a África Subsariana, deram-nos a conhecer um novo grau de complexidade dos atuais conflitos regionais e das dificuldades encontradas pela Comunidade Internacional numa prevenção e resolução concertada.

Neste quadro, assistimos ao surgimento do que alguns atores designam de uma “nova” ordem para os conflitos, onde se salienta a crescente importância dos conflitos regionais e geo referenciados, em detrimento dos grandes conflitos à escala mundial, onde tudo estava previsto, regulado e estrategicamente estudado, onde se conjugam novos atores, com fatores geoestratégicos e geopolíticos inovadores. Estes conflitos de menor escala, apresentam ocasionalmente uma taxa de mortalidade significativa no contexto mundial e, afetam e são afetados, como vimos, por fatores endógenos ao próprio conflito, nomeadamente a luta pelo acesso a recursos naturais, os interesses dos atores em

disputa, o litígio por territórios e fronteiras, o acesso ao poder ou a influência religiosa e por fatores exógenos, como a conjuntura internacional e a geopolítica do momento. Por esses motivos, são considerados acontecimentos conjunturais sistémicos, processos dinâmicos que estão ligados a atividades que variam em função da política dos interesses em causa, dos atores envolvidos, da geoeconomia global, da conjuntura internacional do momento, assumindo atualmente uma especial incidência e acrescido grau de importância e pertinência no espaço Africano. Neste continente os fenómenos da globalização trouxeram para a conflitualidade a prevalência e acrescida importância da conflitualidade regional, que embora possam ser semelhantes e conjunturalmente idênticos, têm um impacto de dimensão mundial, apresentando-se crescentemente mais relevante e com efeitos mais duradouros nas economias e na segurança global.

Segundo estes acontecimentos, deve conferir-se especial relevo aos atribulados processos de descolonização entre 1945 e 1975 (durante cerca de trinta anos), uma vez que estes foram, em nossa opinião, “responsáveis” por fazer desaparecer o essencial dos Impérios Europeus em África, bem como pela triplicação do número de Estados no continente. Na grande maioria dos países, assistiu-se à incapacidade do Estado Africano (e dos seus governantes) em governar e contribuiu reciprocamente para uma maior fragmentação nacional e regional do continente Africano (Boniface, 2000, pp.24-25).

Este singular aspeto conduziu conforme salienta *Vicenz Fisas*, à luta pela identidade cultural e civilizacional que devido à manipulação das populações pelas pressões políticas, económicas, raciais ou religiosas, levou ao surgimento de conflitos no interior destes Estados, constituindo-se num dos aspetos geopolíticos primordiais característicos da “nova” conflitualidade, que se transferiu do domínio global para o regional (Fisas, 2004, pp. 52-62).

Na perspetiva de Gresh uma “globalização” mais liberal e regionalizada em vários aspetos, com destaque para os fatores económicos, militares, sociais e religiosos constitui-se numa das principais características do mundo global atual, originando uma crescente polarização e hierarquização à luz da Comunidade Internacional entre os interesses dos países e das regiões (Gresh, 2004, pp. 22-24).

Em suma, cremos que no contexto mundial, o continente Africano vem assumindo como vimos, um maior grau de importância geoestratégica, assistindo-se a um incremento do interesse da atividade de atores estatais e não estatais, constituindo-se como espaço de oportunidades (económicas e financeiras) que vem conduzindo a uma crescente intenção dos atores globais à escala regional. Neste contexto, a pressão sobre as economias, os recursos naturais estratégicos, as elites sociais, os governos e em último rácio, sobre as desamparadas populações, têm contribuído para uma instabilidade regional crescente nestes espaços, conduzindo a um incremento da conflitualidade regional e à dificuldade em transportar o desenvolvimento sustentado para o continente.

A geopolítica dos conflitos em África. A vertente subsaariana da conflitualidade

O continente Africano representa atualmente a expressão mais visível de uma “nova” conflitualidade, concentrando grande parte dos conflitos regionais e consequentemente dos esforços tendentes à sua resolução, levados a efeito pela sociedade internacional.

Neste paradigma, os Estados Africanos e as ORA têm vindo a debruçar-se sobre esta problemática e sobre as estratégias da paz e do apoio ao desenvolvimento, pois os problemas que afetam estes espaços adquiriram uma dimensão transnacional, ultrapassando as débeis fronteiras entre países neste continente. A geopolítica dos conflitos regionais passou a afetar direta e indiretamente não só o próprio continente, como todo o mundo, passando a constar nas agendas internacionais, pois “...a segurança a Norte passou a depender em larga medida da segurança regional e do desenvolvimento sustentado a Sul...” e a segurança do hemisfério Norte passou a fazer-se através da intervenção preventiva a Sul. Este aspeto passou a ser mais relevante e evidente aquando da aprovação da “*Estratégia de Segurança Europeia*” na União Europeia e do recente “*Conceito Estratégico da OTAN*” nestas duas Organizações.

Em virtude de um deficiente governação dos dirigentes políticos dos Estados Africanos, assume vital importância, neste momento, o envolvimento estratégico e substancial da sociedade internacional em sintonia com as Organizações Regionais Africanas, contribuindo para operacionalizar as capacidades regionais, na procura de soluções para a redução da taxa de conflitualidade intrínseca, no intuito de alcançar a segurança e o desenvolvimento para as regiões em conflito. Contudo, num cenário de “cooperação bimitilateral” torna-se difícil separar as responsabilidades de segurança, nomeadamente entre o nível continental e regional, em que a partilha de responsabilidades pela segurança entre Estados e as Organizações Regionais levou a uma divisão política do continente Africano em áreas de responsabilidade e vêm assumindo aí um protagonismo crescente, realizando políticas e estratégias na prossecução da segurança dos seus Estados membros e da sua região, em complemento das ações de soberania do Estado. Estes aspetos fazem com que a segurança de um ator esteja intimamente relacionada com a de outros, mesmo pertencendo a Estados e Organizações de níveis e amplitudes diferentes. Contudo, como refere Samuel Huntington “...os povos e os países com culturas análogas aproximam-se e os que tem culturas diferentes afastam-se...”, facto que atesta muitas das aproximações e das separações dentro do espaço Africano (2001, p.145).

Janete Cravino, para explicação da atual geopolítica dos conflitos em África, aponta como principal fator de instabilidade regional a permeabilidade das fronteiras físicas entre os Estados Africanos, pois as fronteiras nacionais traçadas nasceram das imposições saídas da “Conferência de Berlim” e do “Mapa cor-de-rosa”, em que as fronteiras dos interesses de um Estado tipicamente colonial eram impostas pelas potências colonizadoras que partilharam África, sem quaisquer preocupações quanto ao que existia do antecedente e à geopolítica dos povos que aí habitavam desde os tempos mais remotos. Esta partilha resultou contudo num instrumento político criado para levar a efeito uma tentativa de barrar e conter os conflitos da época. Assim, várias nações advogaram o sentido das formações sociais antigas Africanas e passaram a estar reunidas dentro de novas fronteiras e dentro de espaços geográficos confinados. Neste cenário, tribos, povos e raças, (amigas e inimigas), passaram assim a pertencer ao mesmo espaço colonial, a ter a mesma bandeira, idêntica matriz económica, ideológica, religiosa e cultural, o que veio consequentemente a criar um conjunto de problemas

intrínsecos e da difícil resolução. Não se tendo resolvido os problemas da conflitualidade Africana no século XIX, transportaram-se para a atualidade, exponenciando as consequências e multiplicando as causas, pois constatamos que no início do século XX, África encontrava-se retalhada pelos países “colonialistas”, e um século depois, no começo do século XXI, sob essas mesmas fronteiras geopolíticas, estariam localizados grande parte dos atuais conflitos regionais no continente (Cravino, 2005, p.1185).

As fronteiras geopolíticas dos Estados, geralmente não coincidentes com as fronteiras étnicas e culturais, são neste contexto as causas de constantes disputas interétnicas, culturais e religiosas, em que a deficiente governação, a instabilidade política e o subdesenvolvimento económico dos Estados, apontam para uma “...*crise de soberania do Estado Africano...*” (Cardoso e Ferreira, 2002, p.13). Outros autores apontam ainda a luta pelo acesso aos recursos naturais e minerais, principalmente o petróleo, o gás natural, os diamantes e outros «minerais estratégicos» e o controlo desses espaços e das suas rotas de exportação, como alguns dos fatores indutores de conflitos regionais no continente (Faria, 2004, pp. 9-11) (Carvalho, 2010, pp. 15-22).

Os aspetos geopolíticos supracitados, associados às dinâmicas globais, constituem uma das mais relevantes causas dos conflitos regionais no espaço Africano, que tendo como ator principal o Estado, releva crescentemente o papel das Organizações Regionais Africanas nas dinâmicas continentais de proporcionar a segurança e o desenvolvimento sustentado. Contudo, comumente aceite é o facto de os conflitos em África, independentemente da tipologia de causas que lhe dão origem ou da associação que se articulam, manterem essencialmente uma matriz predominante intraestatal, surgindo associados à existência de “Estados frágeis”, de “soberanias adiadas” e que pela inépcia de assumirem a sua condição de Estado de pleno direito, afetam diretamente as populações, o país e, indiretamente, por via da globalização, a economia mundial e a segurança global.

A matriz atual governativa dos países Africanos reside maioritariamente na Autocracia e no Presidencialismo, de cariz militar ou tribal. No entanto, assistimos a um processo de “democratização acelerado” que é atualmente bem evidente, tendo havido países que assumiram o “compromisso Democrático” e outros em que conforme refere Vaïsse “...*a Democracia se tornou vítima da miséria...*” (2005, pp. 264-265). Atualmente, constata-se que poucos são os regimes que evoluíram para uma Democracia plenamente consolidada, contribuindo assim pela fragilidade da Democracia e dos processos Democráticos também para uma instabilidade regional e continental crescente (Marshall e Gurr, 2005, p.16-20) (Dempsey, 2006, pp. 2-3) (Lake e Whitman, 2006, pp. 90-92).

Num momento da História de África em que se comemoram os 60 anos das primeiras Independências, verifica-se que desde o final do período da guerra-fria, se assistiu ao surgimento de uma época onde as mudanças nos tipos de governo assumiram uma maior predominância face ao passado recente no continente. Em 1992, o número de autocracias em África havia decrescido para metade (referência a 1950), continuando a diminuir progressivamente; em oposição, o número de regimes democráticos passou de três em 1989 para onze em 1994, constatando-se ainda que em 2004, existiam em

África, com maior ou menor grau de sucesso, treze regimes democráticos e que este numero tinha tendência para crescer (Marshall e Gurr, 2005, p.42).

Atualmente, a “Democratização” do Estado é um processo que, segundo Richard Dowden, tem sofrido algumas inflexões, pois a geopolítica dos conflitos regionais, associados aos regimes políticos contribuiu para que as fronteiras traçadas no século XIX, em nada tenha servido para a limitação geopolítica dos contenciosos étnico-culturais, contribuindo até para a imposição de Autocracias “militaristas”, com lideranças fortes, associadas a aparelhos militares autoritários e repressivos, como forma de conter essas fronteiras e nelas os seus conflitos. A síndrome de colonizador e colonizado, conduziu no período pós guerra-fria, ao crescimento da conflitualidade intra fronteiriça em África, que levou a períodos de instabilidade nos estágios pós independência e que se prolongam de forma preocupante até à atualidade (2009, pp. 2-10) (Coquery-Vidrovitch, 2011, pp. 194-195).

Uma comparação entre a matriz da distribuição geográfica dos conflitos e as intervenções internacionais permite constatar que a África Subsariana constitui atualmente (como vimos) o enfoque da atenção mundial para a área dos conflitos regionais, o que tem levado a um empenhamento crescente da sociedade internacional na perspetiva de contribuir para a paz, a segurança regional e o desenvolvimento sustentado, em consonância com os princípios da ONU e de acordo com os ODM, assumidos para o início do século XXI. Podemos assim constatar que a instabilidade regional em África se traduz atualmente sob a forma de conflitos e guerras intraestatais, representando uma tensão de longos anos que os movimentos de descolonização, e mais recentemente as perspetivas de emancipação económico-financeira, não conseguiram ainda ultrapassar.

Conforme as zonas onde persiste uma conflitualidade transfronteiriça, existem múltiplas tensões, com causas diversas, fazendo transbordar para os povos aí residentes, os receios das sociedades e das etnias que lutam pela sua subsistência e emancipação, pois em África, as zonas de conflito transfronteiriças regionais atuais são, salvo exceções, as zonas de instabilidade e de conflitos existentes ao longo das últimas décadas (Defarges, 2003, pp.33-34) (Dowden, 2010, pp.51-55).

O facto dos conflitos em África terem mudado de natureza no período pós guerra-fria, associado a um relativo desinteresse dos países ditos desenvolvidos em se envolverem diretamente na prevenção e principalmente na resolução dos conflitos em África, aponta para uma alteração de mentalidades e principalmente de políticas securitárias no continente. A nível continental, torna-se evidente uma vontade dos Africanos em garantir capacidades próprias que possibilitem uma maior autonomia na resolução dos “seus” conflitos regionais, aquilo que já se designa por “África Regional Ownership” embora se constata que “...*financiamento e a assessoria sejam favoráveis aos países desenvolvidos, mas a intervenção direta de contingentes militares caberá preferencialmente a tropas africanas...*” (Cardoso e Ferreira, 2005, p.21).

A diálise internacional, na tentativa de encontrar uma solução para a insegurança em África, tem levado a sociedade internacional a desenvolver mecanismos estratégicos inovadores e mais efetivos e proficientes visto que a segurança em África é considerada,

uma prioridade para o desenvolvimento sustentado. Não a segurança dita “clássica”, “centrada no Estado ou nas Organizações, mas a dimensão da segurança “real”, sentida e centrada agora na pessoa humana e na sociedade. O paradigma atual mostra-nos que se evoluiu, como vimos, no conceito de “segurança clássico”, para um conceito de “segurança humana”, abandonando o conceito de identidade de segurança nacional, centrado no Estado, para o de segurança humana centrado nas sociedades, nas populações e no Ser Humano, como forma dominante de gerir os conflitos e limitar a conflitualidade. Este “novo” paradigma de segurança pretende conferir uma maior proteção e grau de segurança às populações, que são as mais afetadas pela conflitualidade onde, parece ser necessário adotar-se uma visão de segurança que ultrapasse a segurança do Estado, focalizando-se na segurança do indivíduo e criando sistemas de segurança que protejam as populações. Esta perceção deriva do facto dos maiores problemas securitários dos Estados terem origem no seu interior e serem, em larga medida, questões sem qualquer tipo de cariz militar.

Este aspeto afeta diretamente as sociedades e a forma de vida das populações, constatando-se que nos recentes conflitos regionais Africanos existe um crescimento no número de vítimas entre a população civil superior ao número de baixas produzidas pelos confrontos entre militares. Assim, os danos colaterais levam os Estados e a sociedade internacional a criar sistemas de “amortecimento” dos efeitos da conflitualidade nas populações, o que tem sido, porem difícil de aplicar. Infelizmente, estes tendem a ser as principais vítimas dos conflitos regionais, com especial incidência no número de refugiados e deslocados, na proliferação da fome e das doenças infecto-contagiosas e ainda no genocídio ou situação de violação sobre as mulheres e crianças (Dubressone Moreau, 2011, pp. 62-67).

Alguns autores consideram o Estado Africano, apesar de todas as suas fraquezas e num quadro de relativa estabilidade, como sendo o principal agente da segurança e o responsável primário pela proteção dos seus cidadãos. Contudo, não só os problemas internos, mas também os problemas de escala supranacional, só podem ser ultrapassados, por intermédio de coligações de Estados ou Organizações Regionais, havendo a necessidade de os considerar como agentes fulcrais da segurança, pois como refere Adriano Moreira “...*pode haver Estados sem segurança, mas não existe segurança sem o Estado...*”, e este está na posição de charneira entre a população e as organizações ou demais atores (2010).

Apesar do exposto, constata-se uma crescente perceção de que a paz em África resulta fundamentalmente do incremento da segurança humana e que esta não se garante apenas pelo somatório da segurança de cada Estado, pois as fontes da conflitualidade vagueiam entre as porosas fronteiras Africanas. A solução para a conflitualidade em África poderá assim ser garantida eminentemente pelo conjunto da cooperação estratégica entre os Estados e as ORA, pois estas últimas ao assumirem essas responsabilidades, constituem-se num elo privilegiado de ligação entre as Organizações Internacionais e os Estados não-Africanos cooperantes, conferindo uma perspetiva bimitilateral e mais abrangente, da cooperação para a gestão dos conflitos regionais em África.

As modalidades de cooperação estratégica podem incluir, num sentido mais amplo, a RSS e a RSD do Estado Africano, contribuindo diretamente para um maior índice de segurança em África. Contudo, o crescimento do pilar do setor da defesa na construção do Estado não é só por si o garante da construção equilibrada da sua “*good governance*”, da Democracia e da estabilidade governativa, proporcionando no entanto às populações o sentimento de segurança coletivo necessário para acolherem as estratégias de apoio ao desenvolvimento. Neste contexto, a trilogia definida pela “defesa” (segurança), “desenvolvimento” e “diplomacia”, são atualmente considerados os fatores críticos do sucesso para o Estado Africano e representam por isso, os vetores privilegiados de preocupação e de integração das estratégias da sociedade internacional para África. A estratégia “D³” parece ser, numa perspetiva integrada, a combinação ideal para ultrapassar os atuais problemas e os flagelos no continente (William, 2005, pp.5-7).

Sabemos em qualquer Atlas que a África Subsariana corresponde à região do continente africano a sul do Deserto do Saara, abrangendo cerca de 80% de todo o continente, e que para Catherine Coquery-Vidrovitch afasta-se da conotação ideológica do período da colonização de “África Negra” (2011, p.9). Esta imensa região apresenta uma enorme diversidade cultural, sendo em parte explicada pela preservação de uma organização social tribal, que se sobrepõe às fronteiras dos Estados, levando ao aumento da conflitualidade nesses espaços. Constatase que enquanto os conflitos entre diferentes grupos étnicos, bandos ou raças estão a aumentar nessas zonas, o Estado está a desmoronar-se, pois segundo Joseph Nye estes conflitos surgem “...à medida que as pessoas tentam estancar o caos, através dos nacionalismos étnicos e do fundamentalismo religioso, e os seus Estados debilitados, desmoronam-se sobre essa pressão fronteiriça constante...”, o que demonstra a perfusão de causas e de atores que caracterizam os conflitos Africanos, nomeadamente na região Subsariana (2002, pp. 277-279).

As Nações Unidas identificaram no seu “*Relatório Anual de 2010*”, 59 países no mundo considerados “prioritários” na intervenção em prol do desenvolvimento sustentado, sendo que do grupo de Estados considerados como “necessitados”, 38 ficam situados na região subsariana, correspondendo a cerca de 65% do total de países desta região. Alguns dos aspetos referidos no “*Human Security Report 2009*” (reafirmado no relatório em 2011 e 2012) que induzem a este paradigma e que são comumente apontados como algumas razões pelas quais a região enfrenta uma crise de desenvolvimento, e referem como exemplo que cerca de metade da população subsariana vive com menos de um dólar/dia, que uma em cada três crianças não conclui o ensino básico, que uma em cada seis crianças morre antes dos cinco anos de idade e o facto da taxa de pobreza extrema ter aumentado ao longo da última década, o que significa que o número de pobres sofreu, nesse período, um aumento de mais de 74 milhões de pessoas. Dados que preocupam a Comunidade Internacional e que são o reflexo das dificuldades em segurança e o desenvolvimento neste continente. Estes fatores estão intimamente associados às dificuldades do Estado Africano e à inviabilidade deste em garantir a segurança das suas populações e o desenvolvimento e

bem-estar dos seus cidadãos, dependendo substancialmente da APD da sociedade internacional para superar as carências básicas das comunidades.

Na África Subsariana, a conflitualidade e os problemas associado a catástrofes naturais assumiram algumas características próprias, não apenas pela especificidade dos seus países e das etnias e raças que aí habitam, mas principalmente porque a concentração de conflitos associados aos processos de luta pela independência, movimentos de libertação e a vaga de “Democratização” durante o período pós guerra-fria, foi significativo. Depois de 1970 foram referenciados no continente Africano mais de 30 conflitos regionais, tendo a sua maioria origem em conflitos intraestatais. Destes conflitos, a maioria situa-se na metade subsariana, salientando-se que em 1996 existiam 14 conflitos armados, que provocaram cerca de oito milhões de refugiados e deslocados, constituindo-se num dos maiores flagelos da Humanidade no século XX (Faria, 2004, p.9) (Thomson, 2010, pp.34-35) (Hugon, 2007, pp.64-69).

Por outro lado, o declínio económico verificado na África subsariana ao longo da segunda metade da década de 70 e a consequente diminuição dos mercados e dos bens disponíveis foram os aspetos que marcaram, na vertente económica, a ordem pré-colonial na região, contribuindo também para a instabilidade interna dos mercados regionais, e das economias do Estado. O enfraquecimento económico do poder do Estado contribuiu também em alongar medida para o aparecimento de múltiplos conflitos regionais, em que nos locais onde a liderança local era forte, o grau de insurgimento foi mais relevante e tomou outras proporções que contribuíram para uma maior regionalização dos conflitos na África Subsariana. Este aspeto resumiu-se localmente na “desvalorização” do Estado como entidade responsável pela garante da segurança e a sua substituição, por poderes regionalizados, autóctones e emergentes que passaram a ter uma maior visibilidade, influência e acrescida importância no contexto regional, levando a sociedade internacional a considerá-los na complexa análise do xadrez político Subsariano e a incluí-los nas soluções estratégicas para os conflitos regionais (Dowden, 2009, pp.51-54).

Neste contexto, alguns especialistas consideram que a conflitualidade nesta região apresenta uma forma atípica de conflitos regionais (em relação aos padrões ocidentais), razão pela qual é dificilmente estudada e compreendida pelo mundo ocidental. Face aos padrões de comparação destes constitui-se numa equação ainda por decifrar, com motivações distintas, atores vários e múltiplos catalisadores específicos, repercutindo-se nas dificuldades de compreensão, atuação e no emprego de modelos de análise e resolução predefinidos pela sociedade internacional para os conflitos regionais.

Constata-se assim uma disparidade na região Subsariana, entre a prevalência de conflitos de baixa e média intensidade, verificando-se que associado ao primeiro caso, estão principalmente conflitos originados por fatores económicos e políticos, nomeadamente devido à marginalização de faixas da sociedade originadas pela desestruturação social, originando movimentações de refugiados e deslocados em busca de terras mais férteis e principalmente menos conflituosas. No segundo caso, os conflitos de média intensidade desenrolam-se normalmente por influência externa (apesar dos conflitos se desenvolver no interior de um Estado), em que este na maioria

das situações são manietados no sentido de aluir a pressões externas ou de grupos de pressão interna, associados a entidades não estatais, com envolvimento externo, e que conduz a um apreciável número de baixas e enormes movimentos de refugiados (ou deslocados), abrangendo um número significativo de ONG e outros atores transnacionais na gestão do conflito (Marshall e Gurr, 2005, p.45) (Hugon, 2007, pp.89-92).

Cronologicamente, os períodos mais intensos dos conflitos na África Subsariana, segundo alguns autores, ocorreram durante o período das descolonizações (1960 a 1975), tendo sofrido contudo um crescente impulso no início dos anos oitenta por motivos de ordem interna dos Estados e atingiram os valores mais elevados no início dos anos noventa, em que a maioria dos conflitos se deveu a causas sociais (étnicas, revolucionárias ou religiosas) principalmente de raiz independentista e de afirmação política dos Estados (Faria, 2004) (Lake e Whitman, 2006) (Marshall e Gurr, 2005, p. 21).

A alteração do tipo predominante de conflitos, em especial em espaços onde a crise de soberania conduziu a afinidades de outro cariz (seja em torno da religião, da língua, etnia, cultura ou de outros fatores ou interesses conjunturais), permitiu a congregação de vontades em torno de um auto designado «senhor da guerra» que, nessa região, assumiu o papel do próprio Estado, complicando-se substancialmente o cenário quando surgem, num mesmo espaço, vários destes poderes autónomos regionalizados. Assim, a emergência de novos atores na África subsariana, com outros objetivos, inovadoras técnicas e formas de gerar o medo e com outras fontes de financiamento (diamantes, petróleo, tráfico de droga e de armamento) criaram uma maior complexidade e abrangência à conflitualidade, característico de uma “nova” e assimétrica dimensão da conflitualidade na região Subsariana (Pourtier, 2010, p. 26).

A crescente complexidade dos conflitos no continente Africano e o surgimento de novas ameaças transnacionais e assimétricas à segurança tem contribuído, como vimos, para colocar as questões da gestão de conflitos, principalmente na sua forma de prevenção e resolução, no cerne dos processos de consolidação da paz e de desenvolvimento regional neste continente, mais concretamente na região subsariana. A mudança da natureza dos conflitos fez surgir, também na metade sul do continente, vários atores (empresas multinacionais e entidades supranacionais) que dificultam o emprego dos mecanismos internacionais do estabelecimento de padrões eficientes de ajuda humanitária, de relações diplomáticas credíveis ou de gerir a resolução dos conflitos dentro dos modelos e padrões ocidentais que vinham sendo aplicados noutras partes do globo.

Os conflitos africano-subsarianos passaram a ser notícia diária nos meios de comunicação global, não só pela crueldade das imagens e pelo grau de violência associado, como pela excentricidade dos novos atores regionais e dos seus procedimentos operacionais, afetando o Sistema Político Internacional, em geral e em toda a África, nomeadamente a região subsariana, em particular. Referimo-nos a que esta região constitui uma zona extremamente conflituosa pois é aqui que ocorreram os mais sangrentos conflitos regionais da História mais recente da Humanidade e estão

atualmente (2012) localizados os maiores conflitos no mundo (Darfur, Uganda, Somália, Etiópia e Eritreia).

É também considerada uma região muito volátil, especialmente quando nos referimos às constantes mudanças de governos, ao surgimento de conflitos regionais e ao refluxo das economias e das populações, onde as fronteiras geopolíticas traçadas nos mapas da geografia “cor-de-rosa” não correspondem às fronteiras étnico-culturais vigentes, originando em permanência uma constante atrição entre os que estão na fronteira do espaço que lhes pertence por tradição e do espaço que ocupam por “obrigação” (Hugan, 2007, pp.14-16).

Este paradigma origina uma tensão constante entre povos, raças e religiões, no espaço intra e extra estatal, que aliados à luta desenfreada pelo acesso privilegiado aos “recursos de conflito” e ao poder, constituem os principais fatores globalmente aceites para ser considerada a região do continente Africano onde o número de conflitos aumenta e o desenvolvimento diminui. Devido a este paradigma constatamos que as Nações Unidas vêm intervindo na África subsariana com maior frequência e intensidade do que em qualquer outra parte do mundo. A missão na RDC - *United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo* (MONUC) tinha em finais de 2010 no terreno cerca de 18.800 homens, dos quais 15.369 militares, constituindo-se como a maior operação de paz realizada pelas NU desde a sua existência (Global Peace Operations 2010, 2011, pp. 14-16).

A transnacionalidade dos problemas securitários na região subsariana deriva em grande parte como constatamos da permeabilidade das fronteiras do Estado e da sua exiguidade como garante da segurança regional. Este fator aliado à atribulada geopolítica do espaço que ocupam faz com que exista uma pluralidade de variáveis na complexa equação da atual segurança regional, tornando difícil uma análise sistémica englobada em modelos padronizados de análise de conflitos. No entanto, o enquadramento teórico no «ciclo de vida do conflito» parece ser, como vimos, uma boa aproximação para a análise, uma boa base de trabalho académico para a sua compreensão e um potencial contributo para a adequada gestão dos conflitos regionais na África subsariana. Pensamos mesmo que sem existir uma boa base conceptual de entendimento não é possível delinear qualquer estratégia de segurança sustentada para o continente

A regionalização dos instrumentos de alerta e de gestão dos conflitos, bem como a complexidade crescente das múltiplas variáveis em jogo, traz para a atualidade a necessidade de se aprofundar o estudo destes fenómenos geopolíticos, com vista a se poder determinar cabalmente as causas e possíveis consequências, no intuito de prevenir o futuro da segurança na região, no continente e com reflexos no mundo. Consideramos que uma possível solução passa por regionalizar as análises sistémicas e os mecanismos de alerta e intervenção, mas globalizar os sistemas de apoio à macro gestão do conflito e de ajuda ao desenvolvimento a realizar, antes, durante e após o desenvolvimento da crise. Neste contexto, a análise da conflitualidade na região subsariana tornou-se ainda mais complicada quando se antevê que num grande número de casos, o conflito acaba por gerar as causas que lhe deram origem, enfraquecendo ainda mais os sistemas estatais, aprofundando clivagens étnicas, rompendo barreiras fronteiriças e provocando

a destruição das estruturas governativas socioeconómicas. Assiste-se, por vezes, a um círculo vicioso em que na procura da paz e da estabilidade regional, se encontra a violência e a insegurança regional. Aspeto que tem levado a sociedade internacional a questionar-se sobre os modelos de análise e a aplicação de estratégias “ocidentalizadas” de gestão dos conflitos regionais em África.

Academicamente, determinar as principais “*rootcauses*” de um conflito é um exercício que requer um rigor científico e desejavelmente a participação multidisciplinar de especialistas em vários domínios, não só no âmbito das ciências humanas mas também das ciências naturais e exatas. A análise tornou-se mais complexa, na medida em que quando se estuda um conflito numa dada região do globo onde os atores, as motivações, os valores, os processos e os efeitos são substancialmente diferentes dos tipicamente padronizados pelo mundo ocidental, não parece ser possível comparação com outros conflitos em outras áreas do globo e implementar modelos já “experimentados”. Alguns autores, numa tentativa académica de compreensão, sistematização e de análise sistémica dos conflitos regionais nesta região, optam por listar as causas que conduzem ao conflito e sobre essas elaborar estratégias de gestão no intuito de contribuir para uma maior segurança regional, garantindo uma melhor sistematização na análise conflitual (Roque et. al., 2005, p.19).

Para alguns autores, a falência do Estado é a origem direta dos problemas securitários e de subdesenvolvimento na região subsariana, derivando da sua falta de capacidades e principalmente de “soberania”, bem como de outros fenómenos políticos e económico-sociais que agravam a conflitualidade regional, transportando insegurança não só para África, mas por via da globalização (Ney, 2002).

Em complemento, outros autores ainda advogam que o Estado Africano é apenas uma das causas, referindo igualmente a natureza social, religiosa, militar e política dos conflitos, o que faz com que seja possível identificar um conjunto de outras razões díspares como o acesso ao poder, o controlo de recursos naturais rentáveis, a luta pelo domínio de determinada região, fronteira ou rota, o controlo da costa e dos portos, o fanatismo religioso, a proliferação de santuários e ainda o tráfego de pessoas e armamento (Fisas, 2004).

Contudo, quando se pretende determinar as causas internas num conflito, tendencialmente olha-se para o Estado e para os seus atributos primordiais, e encontrando-se as causas, na falência desses atributos normalmente relacionadas com a insegurança, a falta de condições básicas e o subdesenvolvimento das suas populações. Associado às características do Estado, surge também o conceito de “*good governance*”. Conceito que é apresentado como a questão chave que transversalmente abrange as valências do Estado, residindo no seu apoio e no seu fortalecimento, o investimento estratégico da Comunidade Internacional na África Subsariana (Cardoso e Ferreira, 2005, p. 44).

Martin Meredith, referindo-se às causas endógenas dos conflitos Africanos, afirma mesmo que estas têm “...*raízes nas contradições entre os modos tradicionais e os requisitos do Estado moderno...*” em que uma «nova ordem» democratizadora (ao ter assumido uma liderança e política pré-colonial) entraria em colisão com os princípios

tribais enraizados na região e que do choque entre as “elites governamentais” e os “sistemas governamentais” estariam algumas das causas geradoras dos conflitos que ocorreram no período pós-descolonização (2006, pp.617-621).

Associados aos processos atribulados de independência, surgem problemas políticos, económicos e sociais, estruturais no aparelho estatal, que os países descolonizados não souberam acautelar e os países colonizadores não quiseram ou não puderam intervir. Conjugam-se assim alguns dos fatores supracitados com a inexperiência governativa, a falência das economias, o desvio de recursos naturais e o forte investimento no aparelho militar e criaram-se as condições que levaram ao insurgimento popular, ao aparecimento de grupos armados, bem como o aumento do grau de insegurança e um subdesenvolvimento generalizado. Estes aspetos são sistemática e recorrentemente referidos como os motivos que originaram, e continuam a originar, a cisão entre o povo e o Estado, refletindo-se na atual realidade social e governativa Africana.

Como refere Francis Fukuyama, corroborando a opinião de Douglas North, as sociedades caem sistematicamente em armadilhas cognitivas, não compreendendo que ficaram para trás ao “...*diagnosticaram erradamente as causas do seu subdesenvolvimento, não sendo capazes de emular os modelos que lhes foram apresentados ao longo dos tempos...*”, referindo-se concretamente à África Subsariana, salienta ainda que “...*a violência endémica e a competição militar não levaram à formação do Estado, mas sim ao caos e ao colapso social...*” (2006, p.111).

Por outro lado, as causas externas são por norma as que derivam do exterior do Estado e que se constituem num potencial ignidor ou catalisador da crise, ou seja, aquelas que, direta ou indiretamente, participam na gestão dos mesmos, não só fornecendo apoio logístico ou moral, mas acolhendo apoios de determinadas fações, tendo em vista tirar vantagem do desfecho do conflito. Neste contexto, na África subsariana, devido à permeabilidade das fronteiras e ao domínio político-estratégico dos grupos étnicos que a povoam, torna-se quase imperceptível definir se o conflito envolve grupos ou clãs, ou se circunscreve às fronteiras de um só Estado, pois os limites do conflito são normalmente os limites dos meios disponíveis e principalmente dos interesses conjunturais vigentes. As fronteiras geopolíticas que limitam as intervenções das Organizações Internacionais não são na maioria dos casos coincidentes com as linhas de fronteira dos conflitos regionais, pois estes estendem-se por regiões, países, desertos e mares, que não coincidem com as fronteiras geopoliticamente definidas na cartografia terrestre e marítima subsaariana (Hugon, 2007, pp.18-20).

Alguns fatores de ordem interna dos Estados, como a pobreza social, a instabilidade social e política, a corrupção e a insegurança devido às agitadas transformações, simultaneamente políticas, económicas, institucionais e sociais, ocorridas nos Estados Africanos nesta região, vêm mostrando que, tal como refere Fátima Roque, “...*o desenvolvimento residual realizado a várias velocidades, não permitiram um crescimento homogéneo do continente Africano...*” (2005, pp.19-20).

Por outro lado, os desequilíbrios e as clivagens internas induzem a desigualdades e pressões externas, originando fluxos de populações e refugiados, normalmente em busca de melhores condições de vida e fugindo aos conflitos e à mortandade e que pode

constituir, simultaneamente, causa e consequência de conflitos étnicos e sociais, mais ou menos gravosos, de acordo com a incidência geográfica e social desses fenómenos migratórios. Aspetos que, segundo Janete Cravino, são considerados elementos transversais nas estratégias de gestão de conflitos e surgem integrados nos programas de RSS ou RSD (2010, pp. 56-59).

Conclusões

As ameaças transnacionais que são, em ambos os lados da fronteira, associados a novos poderes que emergem da necessidade de controlo de regiões estrategicamente relevantes, fazem emergir uma necessidade de se considerar a intervenção de poderes autóctones paralelos/sobrepostos ao Estado em regiões intra e extra fronteiriças, no intuito de se adequarem às condições para a intervenção dos agentes da paz, pois que para os primeiros a desordem e a destabilização regional são os ambientes fomentadores das suas atividades ilícitas. Neste contexto, a segurança em África passou a ter como um dos pilares fundamentais as suas Organizações Regionais, recaindo nestas as estratégias e ativação das componentes operacionais da União Africana inseridas na Arquitetura de paz e Segurança Africana, intervindo direta e indiretamente nos Estados.

A panóplia de atores transnacionais que intervêm na salvaguarda da paz e segurança, como responsáveis primários face ao Direito Internacional, pretendem garantir uma legitimidade na interposição no conflito. Contudo, a intervenção na gestão do conflito, e a participação destes atores, são também objeto de interesses próprios, nem sempre partilhados e inteiramente convergentes, em prol de valores universais que são transversalmente aceites. Salienta-se ainda que no puzzle de interesses conjugados, nomeadamente na monopolização do comércio de matérias preciosas ou recursos estratégicos, para os países, para as regiões, para África e relevante no contexto económico global. Assim encontramos algumas das causas para uma relativa inépcia no controlo e uma deficiente gestão dos conflitos regionais africanos, pois a interação destes atores (com interesses diferenciados), em caso extremos pode ser considerado um fator potenciador de possíveis tensões internas continente Africano.

Como vimos, o número de atores e de interesses em África são cada vez maiores e a perspetiva futura do acesso aos recursos estratégicos passa pelos Organismos Internacionais e pela estratégia agressiva dos atores que cooperam para a paz e desenvolvimento na África Subsariana. Por todos estes motivos, assiste-se a uma intervenção crescente em África, advindo potencialmente maior grau de segurança e de desenvolvimento para a região, mas também aumentando as disputas e levando ao surgimento de conflitos de interesses. Contudo, constata-se que outros fenómenos conjunturais e outras ameaças transnacionais se têm deslocado para estes espaços, fazendo com que múltiplos interesses sejam colocados na gestão dos conflitos, fomentando, por interpostos atores, a continuidade e em casos mais radicais o agravamento da insegurança regional. Neste particular, importa salientar em suma que fatores como o terrorismo transnacional, a proliferação do tráfico de pessoas, armas e droga entre outras ameaças, é facilitado pela prevalência de fatores de instabilidade em regiões onde se jogam os interesses geoestratégicos e geopolíticos de múltiplos atores.

Neste quadro, consideramos que para se estudar os conflitos regionais em África, deve-se definir num nesse modelo conceptual as “*rootcauses*”, contextualizando os atores, motivações, consequências para o Estado Africano, para as sociedades e fazendo a prospeção de cenários geoestratégicos e geopolíticos, no intuito de conceber a melhor forma de intervenção dos atores multinacionais, devem-se segundo, sistematizar as causas profundas dos conflitos é só assim termos condições para desenhar estratégias de apoio ao desenvolvimento e de segurança sustentada para o século XXI.

A criação de um modelo académico onde se procede à sistematização das causas dos conflitos em África, sabendo antecipadamente que a fronteira entre as causas internas e externas nem sempre é consensual e que em África “...*cada conflito é um conflito...*”, não existindo identidade e matriz própria para a conflitualidade regional. Neste contexto, qualquer visão académica resulta numa amálgama de causas difusas que caracterizam transversalmente a conflitualidade na região, mas que carece de uma análise sistémica, multidisciplinar mais abrangente e especializada, pois que para se perceber as causas implica perceber a amplitude do conflito e para se perceber o conflito devemos perceber as suas “*rootcauses*”.

Pensamos assim que a adequada interação entre causas internas e causas externas materializa a dinâmica entre as permeáveis fronteiras dos Estados na região, pois a dificuldade da interpretação deriva precisamente da descontinuidade geopolítica e da fluidez do espaço que representam conjunturalmente. Como refere Theresa Whelan, relativamente ao “*African Environment*”, a região subsariana continua a enfrentar constantes problemas de segurança, políticos e económicos, resultantes de uma crise estatal. O maior problema porém resulta da incapacidade em resolver os problemas de insegurança interna, da aplicação das Leis do Estado de Direito e principalmente da garantia de inviolabilidade das suas fronteiras geográficas (2006, p.64).

Refere ainda a este propósito em que concordamos que o que é relevante é a “ingovernabilidade” dos espaços de fronteira entre os conflitos e o Estado, com reflexos na inoperância verificada entre as entidades afetadas e envolvidas nos conflitos regionais transfronteiriços neste continente. Embora que no contexto das Relações Internacionais as dinâmicas evolutiva recente da conflitualidade e especialmente dos conflitos regionais acompanhado a dinâmica da evolução dos Estados no período pós guerra-fria, tendo-se assistido a uma mudança significativa da sua intensidade, distinção geográfica e tipologia, pois os conflitos transitaram para o interior dos Estados e deslocalizam-se para regiões que não constam no mapa geopolítico da conflitualidade no passado recente.

Assim e em suma, por via da “globalização” dos conflitos regionais assistiu-se em África a uma fragilização dos estados e das suas estruturas sociais, políticas e militares, em que a permeabilidade das fronteiras e a deficiente “*good governance*” levaram a uma “crise” de soberania do Estado Africano, o qual causou uma perturbação no espaço subsariano, revelando-se assim uma permanente ameaça transnacional à segurança global. Neste contexto, considera-se que existe uma nova geopolítica dos conflitos em África, associada à crise do Estado que, tem levado a sociedade internacional a intervir

crescentemente neste continente com vista a contribuir para a segurança regional, como elemento do desenvolvimento sustentado.

A atual conjuntura geopolítica subsariana, não só relacionado com as dinâmicas das fronteiras mas em outros domínios (económico, político, no tecido social e na gestão dos recursos naturais estratégicos), tem contribuído para o aumento de conflitos na região subsariana, assumindo o Estado o principal ónus deste fenómeno conjuntural.

Numa perspetiva mais alargada, e em resumo, constatamos que as causas dos conflitos regionais em África vão desde questões de ordem social, religiosa, militar e política, assistindo-se por norma à combinação destes elementos, levando a que cada conflito tenha não apenas uma única causa, mas uma miríade de causas e uma complexidade de fatores que o tornam num fenómeno de difícil análise e compreensão para a sociedade internacional, principalmente quando se utiliza os padrões ocidentais de comparação e de análise da conflitualidade no mundo. Todavia, a temática de sistematização académica resulta da necessidade de se analisar os conflitos regionais de uma forma multidisciplinar, com um enfoque particular nas suas “rootcauses”, procurando identificar as causas internas, externas e outras causas, em que a razão da fronteira física não é limitadora, mas sim orientadora e geopoliticamente relevante, sobre as motivações que induzem os conflitos regionais na África subsariana do século XX e para o século XXI.

Bibliografia

BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2008) – Estratégias de Intervenção em África. Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa: Editora Prefácio, 2008, ISBN 978-989-8022-87-5.

BRAILLARD, Philippe (1990) – Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

FISAS, Vicenç (2004) – Cultura de Paz y Gestión de Conflictos. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4ª Edição. ISBN 84-7426-357-3.

GAZIBO, Mamoudou (2010) – Introduction à la Politique Africaine. Deuxième Edition Revue et Augmentée. Canada: Les Presses de l'Université de Montréal, Québec, janvier 2010, ISBN 978-2-7606-2164-0.

HOLZGREFEJ, L. (1989) – The origins of modern international relations theory. London: Review of International Studies, 15, pp. 11-26, ISBN 26021500113051.

MALTEZ, José Adelino (2002) – Curso de Relações Internacionais. Lisboa: Principia - Publicações Universitárias e Científicas, 1ª Edição - 2002. ISBN 972-8500-82-3.

MATOS, Luis Salgado de (?) – Segurança. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa. Disponível em
[<http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/1e45d1f4a116de66eb699ebb1d36d7d0.pdf>]

MEREDITH, Martin (2011) – Born in Africa. The quest for the origins of human life. New York: Public Affairs, First Edition, 2011, ISBN 978-58648-663-1.

MOREIRA, Adriano (2002) – Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Editora Almedina, 4ª Edição, ISBN 972-40-1771-0.

MONIZ, Brigadeiro Júlio Botelho (1954) – Conferências de Estratégia ao Curso de Altos Comandos “1953-1954”, Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM).

MONIZ, Júlio Botelho (2006) – Visões Estratégicas no Final do Império. Lisboa: Editora Tribuna da História, Fevereiro de 2007, ISBN 978-972-8799-59-5.

NOGUEIRA, José Manuel Freire (Coord.) (2005) – Pensar a Segurança e Defesa. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, ISBN 972-762-268-2.

KISSINGER, Henry (2002) – Diplomacia. Lisboa: Editora Gradiva, 2ª Edição. ISBN 972-662-451-7.

VAÏSSE, Maurice (2005) – As Relações Internacionais desde 1945. Lisboa: Edições70, ISBN 972-44-1224-5.